

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

**RACHEL DE MELO VELLOZO PEREIRA**

**A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE “LAZER”:  
análise dos estudos sobre entretenimento  
no pensamento biblioteconômico-informacional**

Rio de Janeiro

2014

RACHEL DE MELO VELLOZO PEREIRA

**A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE “LAZER”:  
análise dos estudos sobre entretenimento  
no pensamento biblioteconômico-informacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha.

Rio de Janeiro

2014

P426b Pereira, Rachel.  
A biblioteca como espaço de “lazer”: análise dos estudos sobre entretenimento no pensamento biblioteconômico-informacional. / Rachel de Melo Vellozo Pereira. – Rio de Janeiro: 2014.  
79 p. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Orientador: Prof. Gustavo Silva Saldanha

1. Lazer em bibliotecas. 2. Ação Cultural 3. Animação Cultural.  
I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia. II. Saldanha, Gustavo Silva. III. Título.

CDU – 2ª ed. 022.3::379.8

RACHEL DE MELO VELLOZO PEREIRA

**A biblioteca como espaço de “lazer”:  
análise dos estudos sobre entretenimento  
no pensamento biblioteconômico-informacional**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Biblioteconomia da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro como  
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel  
em Biblioteconomia.

Aprovado em            de            2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha (Orientador)

---

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior (Avaliador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira (Avaliador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à Ana Tereza de Melo,  
Juliana de Melo e Sebastião Vellozo.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo seu carinho, atenção e apoio, principalmente, nesta jornada na graduação em biblioteconomia. Sem vocês, eu nada seria.

Ao Ricardo Alves por todo o seu imenso companheirismo, o qual não há palavras para defini-lo.

Aos meus amigos pelo apoio e pelas risadas.

À UNIRIO, principalmente aos professores e ao orientador deste trabalho, Gustavo Saldanha, por terem tornado esta jornada possível, e por me tornarem mais madura e mais capacitada para conquistar meus sonhos.

“‘Quem é *você?*’ perguntou a Lagarta. Não era um começo de conversa muito animador. Alice respondeu, meio encabulada: ‘Eu... eu mal sei, Sir, neste exato momento... pelo menos sei quem eu *era* quando me levantei esta manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então.’”

(Lewis Carroll)

## RESUMO

A biblioteca como um espaço de “lazer” é o tema do presente trabalho de conclusão de curso. O objetivo geral foi analisar o “lazer”/entretenimento, no pensamento biblioteconômico-informacional, em bibliotecas no seu espaço físico interno. Os procedimentos metodológicos foram realizados através do estudo bibliográfico na literatura biblioteconômico-informacional. Nesta literatura analisaram-se os conceitos de ação cultural, animação cultural e “lazer”; o bibliotecário, quanto a sua formação acadêmica e atuação profissional; a biblioteca, tendo como foco a pública e a escolar; e a biblioteca, em geral, quanto à utilidade de seu espaço físico. Foram analisadas abordagens sobre o “lazer” em bibliotecas, as quais dizem respeito à aproximação ao conceito de “lazer” na Biblioteconomia e Ciência da Informação. São elas: abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca; e a abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer”. Observou-se que os estudos, referentes ao “lazer”/entretenimento, ação cultural e animação cultural merecem maior atenção, dado a sua escassez na literatura. Foram apontadas as limitações do presente trabalho, e indicações para novas pesquisas a fim de enriquecer o tema “lazer” em bibliotecas na literatura biblioteconômico-informacional.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia. Biblioteca. Lazer. Entretenimento. Ação Cultural. Animação Cultural.

## ABSTRACT

The library as a space of "leisure" is the theme of this final paper. The general objective was to analyze the "leisure"/entertainment in a library and informational science literature, in libraries in their internal physical space. The methodological procedures were performed by the bibliographic study in library and informational science literature. On this literature was examined the concepts of the outreach program, cultural development work and "leisure"; the librarian, as their academic and professional activities; the library, with a focus on public and school; and the library in general, the usefulness of its physical space. Were analyzed approaches of "leisure" in libraries, which concern the approach to the concept of "leisure" in Librarianship and Information Science. It was: approach about outreach program and cultural development work providing "leisure" place on library; and the approach about the library as an "leisure" place. It was observed that the studies referring to "leisure"/entertainment, outreach program and cultural development work deserve greater attention, given the scarcity in literature. The limitations of this study, and directions for further research were pointed out to enrich the theme of "leisure" in libraries in library and informational science literature.

**Keywords:** Librarianship. Library. Leisure. Entertainment. Outreach Program. Cultural Development Work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca .....	69
Figura 2 -	Abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer” .....	70
Quadro 1 -	Definições de ação cultural em ordem cronológica.....	22
Quadro 2 -	Definições de animação cultural em ordem cronológica .....	26
Quadro 3 -	Definições de “lazer” em ordem cronológica.....	30

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 <b>Objetivo Geral</b> .....	13
1.2 <b>Objetivos Específicos</b> .....	14
1.3 <b>Justificativa</b> .....	14
1.4 <b>Procedimentos metodológicos</b> .....	16
<b>2 AÇÃO CULTURAL, ANIMAÇÃO CULTURAL E “LAZER”</b> .....	20
2.1 <b>Definições e o uso dos termos</b> .....	20
2.2 <b>Relações entre animação cultural - “lazer” e entre ação cultural - “lazer”</b> .....	31
2.3 <b>“Lazer”: o nosso direito social</b> .....	32
<b>3 BIBLIOTECÁRIO, BIBLIOTECA E “LAZER”</b> .....	36
3.1 <b>Breve visão panorâmica</b> .....	36
3.2 <b>O bibliotecário e o “lazer”</b> .....	38
3.2.1 <b>Formação Acadêmica</b> .....	41
3.2.2 <b>Atuação Profissional</b> .....	46
3.3 <b>A biblioteca e o “lazer”</b> .....	50
3.3.1 <b>Biblioteca Pública</b> .....	53
3.3.2 <b>Biblioteca Escolar</b> .....	57
<b>4 A BIBLIOTECA E SEU ESPAÇO: ABORDAGENS SOBRE O “LAZER”</b> .....	61
4.1 <b>O espaço físico interno da biblioteca</b> .....	61
4.2 <b>Abordagens sobre o “lazer” no espaço físico interno das bibliotecas</b> .....	66
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	73
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisou na literatura biblioteconômico-informacional o possível “lazer” proporcionado por bibliotecas em seu espaço físico interno. Observou-se que há atividades e processos que podem contribuir para o “lazer”, como a ação cultural e a animação cultural, respectivamente.

Esta pesquisa pretendeu destacar o termo “lazer” e através do mesmo caracterizar a dificuldade quanto à definição de seu conceito, desta forma utiliza-se o termo “lazer” entre aspas ao decorrer do trabalho. Porém, não se utiliza as aspas em “lazer” nas citações diretas e indiretas, para não modificar o sentido destas.

Visto que a biblioteca “[...] representa apenas uma das formas que têm a função de favorecer a comunicação entre homens: é necessário perguntar se ela representa a forma mais idônea [...]” (SERRAI, 1975, p. 160). Frisa-se que “favorecer a comunicação” é essencial para estimular o diálogo e a interação entre pessoas que pode vir a resultar no entretenimento entre “usuário-usuário” na biblioteca.

Uma vez que a biblioteca corre o risco de não ser “a forma mais idônea” para “favorecer a comunicação entre homens”, esta não deve, somente, “concorrer” com as outras formas de comunicação, mas também utilizá-las a seu favor, principalmente quando o assunto é “lazer”. Dado que atualmente têm-se diversas formas para “conquistar” o “lazer”, como por exemplo: televisão, computadores, *videogames*, shoppings, parques etc.

Para a biblioteca vir a “concorrer” com essas outras formas de comunicação e “lazer” entre homens, basta esta não se posicionar como uma organização voltada apenas para o uso do acervo, não que isto não possa ser uma forma de “lazer”, mas dentre outras diversas formas de entretenimento, a biblioteca poderia recorrer aos aparatos tecnológicos, como a televisão e os computadores, ou ainda investir em atividades “descontraídas” em seu espaço.

Acredita-se que o “lazer”, além de fazer parte da biblioteca, pode vir a ser também um atrativo para os usuários, que devem vir a ser vistos também como clientes, no sentido que estes precisam ser atraídos para a biblioteca. Desta forma é fundamental tornar a biblioteca atrativa, e para isso seria benéfico investir em um ambiente que tanto possa proporcionar um local para estudos, assim como um local para distração do ser humano.

Com isso, espera-se que as bibliotecas possam ser um espaço para a comunidade, ou seja, que os objetivos da biblioteca sejam moldados conforme as necessidades e desejos deste grupo, incluindo os referentes ao “lazer”. Pois “o estabelecimento de um diálogo extramuros, entre biblioteca e comunidade, é uma forma de aproximar esta instituição daqueles que, por diferentes razões, não se apropriam dela como espaço público de lazer e conhecimento.” (GONÇALVES, 2011, p. 134-135).

Para desenvolver esta discussão, o presente trabalho foi elaborado em cinco capítulos. Primeiramente, a “Introdução” abordou o objetivo geral e os específicos, assim como justificou este trabalho e explicou os seus procedimentos metodológicos.

Em seguida, foi elaborado o segundo capítulo, “Ação cultural, animação cultural e o ‘lazer’”, o qual analisou as definições que a literatura biblioteconômico-informacional recorre para explicar a ação cultural, animação cultural e o “lazer”. Além disso, foram analisadas suas relações, bem como o “lazer” no ponto de vista legislativo.

O terceiro capítulo, “Bibliotecário, biblioteca e ‘lazer’”, avaliou a relação da biblioteca com o “lazer”; foram analisadas ainda as relações entre o bibliotecário e o “lazer”, quanto a sua formação acadêmica e atuação profissional; e entre a biblioteca e o “lazer”, no caso de bibliotecas públicas e escolares.

O quarto capítulo, “A biblioteca e seu espaço: abordagens sobre o ‘lazer’”, tratou, através da visão de autores, sobre como este espaço é utilizado ou deveria ser utilizado, em seguida foram elaboradas abordagens sobre as possíveis possibilidades de “lazer” em bibliotecas.

Por fim, nas “Considerações finais”, sintetizou-se o que foi trabalhado até então, bem como o apontamento das limitações da presente pesquisa, e indicou-se o que ainda pode ser feito para enriquecer o tema “lazer” em bibliotecas na literatura biblioteconômico-informacional.

## **1.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho foi analisar, na literatura biblioteconômico-informacional, o “lazer”/entretenimento em bibliotecas.

## 1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho foram desenvolvidos através da literatura biblioteconômico-informacional. São eles:

- Analisar as relações entre: ação cultural, animação cultural e “lazer”;
- Analisar as relações entre: bibliotecário, biblioteca e “lazer”;
- Analisar as relações entre: biblioteca e seu espaço físico interno;
- Indicar abordagens sobre as possíveis possibilidades de “lazer” em bibliotecas.

## 1.3 Justificativa

“‘Informação é poder’ foi um lema muito difundido nos tempos em que se tornou claro que o conhecimento acumulado não é, apenas, uma possibilidade de prazer, mas uma condição básica de sobrevivência.” (MILANESI, 2002, p. 54). Esta citação inspira a seguinte indagação: Atualmente, ao disponibilizar informações, as bibliotecas estão apenas voltadas para a “condição básica de sobrevivência”, deixando de fora a “possibilidade de prazer” que possa esta proporcionar?

Cabe aos bibliotecários avaliarem esta questão, pois será que as preocupações em suprir as necessidades educativas e profissionais sufocam e impedem a manifestação das necessidades referentes ao “lazer”? Em uma sociedade em que a informação é tratada como um produto que interfere no capital familiar, a qual afeta sua qualidade de vida, pode-se afirmar que esse risco é possível.

Os bibliotecários devem estar atentos quanto a isso. Pois quando seu usuário/cliente procura por entretenimento, será que este procura a biblioteca? E a biblioteca proporciona condições que deem margem a esta possibilidade?

Vale lembrar aos bibliotecários que “[...] em toda escolha de lazer, existe o principio da busca do prazer [...]” (CAMARGO, 1986, p. 12). Logo, o “lazer” pode vir a ser “conquistado” também através de atividades educativas, como uma aula, uma palestra ou um curso ministrado na biblioteca, desde que isso cause prazer em seu público. É evidente que estes caminhos podem ser mais desafiadores do que simplesmente disponibilizar uma sessão de filmes, livros de literatura ou *videogames* na biblioteca.

No entanto, disponibilizar atrativos como estes na biblioteca, não garante, de fato, o seu uso. O mesmo ocorre com a disponibilização de livros em uma estante, que não garante a leitura destes por parte dos usuários. Seguindo essa lógica, é preciso toda uma estrutura, espaço físico, equipamentos, funcionários e uma política para atrair o seu público-alvo, para este vir a usar os atrativos disponíveis para o “lazer”.

Assim como é elaborada uma política para que haja desenvolvimento e formação de coleções para que o usuário venha a usar o acervo – sendo este um acervo que atenda suas necessidades e desejos – da mesma forma poderia haver uma política para guiar a administração desses “atrativos” em prol do “lazer” presentes em uma biblioteca.

Desta forma, a motivação para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso é guiada pela seguinte questão norteadora: no ponto de vista teórico biblioteconômico-informacional a biblioteca poderia proporcionar um espaço de “lazer” aos seus usuários?

Ressalta-se que a biblioteca como espaço de “lazer”, ou temas semelhantes, é uma linha de pesquisa ainda pouco desenvolvida pela nossa literatura. Sendo assim, espera-se com este trabalho contribuir e estimular novas discussões mais amplas sobre o assunto e também vir a estimular uma política biblioteconômica voltada para o “lazer”. Afinal, o “lazer” é considerado constitucionalmente um direito social conforme o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela emenda constitucional nº64, de 4 de fevereiro de 2010<sup>1</sup>, e cabe ao bibliotecário se atentar quanto a este direito social.

Assim, este trabalho ganha importância a partir do momento que ele também se aplica ao desafio de auxiliar outros autores que tentam compor os objetivos e os limites de uma biblioteca. Pois, será o “lazer” tratado como um dos objetivos de uma biblioteca? É uma questão que este trabalho analisou na literatura a fim de auxiliar a Biblioteconomia quanto a este tema.

---

<sup>1</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

#### 1.4 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram voltados para uma análise quanto ao espaço da biblioteca como um espaço de “lazer”, através da literatura biblioteconômico-informacional.

Apesar de alguns autores, utilizados por este trabalho, descreverem certos públicos em seus textos, não coube a esta pesquisa avaliar o tipo de público que frequenta ou frequentaria o espaço de “lazer” proporcionado por bibliotecas.

Primeiramente, foram selecionados, junto ao orientador, os seguintes descritores para a pesquisa bibliográfica: lazer, entretenimento, ação cultural e animação cultural. Foi decidido que as fontes iniciais a serem pesquisadas seriam os dicionários e enciclopédias que correspondessem à área de Biblioteconomia, para que assim fosse possível conhecer melhor os conceitos dos descritores, e também para vir a conhecer outras palavras que correspondessem ao tema deste trabalho.

Não foram encontradas, nas bases consultadas, no período de levantamento de dados, enciclopédias que contemplassem a Biblioteconomia, logo a pesquisa se restringiu aos seguintes dicionários:

- “Dicionário de biblioteconomia e arquivologia”;
- “Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrônico”;
- “*Diccionario de bibliotecología; términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomia, archivología, documentología, tipografía y materias afines*”;
- “*Dictionnaire encyclopédique de l’information et de la documentation*”.

Ao decorrer da pesquisa, nos dicionários citados acima, foi observado que outros descritores seriam pertinentes para o trabalho. Sendo assim, os descritores pesquisados nos dicionários em português foram: lazer, entretenimento, ação cultural (incluindo: ação), animação (incluindo: animar, animador e animado), animação cultural, animação de bibliotecas, biblioteca, bibliotecário, bibliotecário-animador.

O “Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa” também foi utilizado para conceituar algumas palavras presentes neste trabalho, dentre estas o “entretenimento”, visto que este descritor não foi encontrado nos dicionários citados acima.

No dicionário em espanhol (“*Diccionario de bibliotecología; términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomia, archivología, documentología, tipografía y materias afines*”), foram pesquisados os seguintes descritores: ócio, entretenimiento, *acción cultural*, *animación cultural*, biblioteca de *animación* e biblioteca.

Já no dicionário em francês (“*Dictionnaire encyclopédique de l’information et de la documentation*”) os descritores pesquisados foram: *loisirs*, *divertissement*, *action culturelle*, *animation*, *animation culturelle*, *animations bibliothèque* e *bibliothèque*.

Embora os dicionários de língua estrangeira fossem pesquisados, estes não foram utilizados neste trabalho, por não serem considerados relevantes nesta pesquisa, já que a única palavra encontrada em ambos foi “biblioteca”, cuja definição não pareceu pertinente para esta pesquisa.

Quanto aos descritores, buscados nos periódicos e nas bibliotecas digitais de teses e dissertações (BDTD’s), estes foram os mesmos, são eles: lazer, entretenimento, ação cultural, animação, e animação cultural. Quando necessário foram combinados com a palavra “biblioteca”.

Nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2014, foi realizado o levantamento bibliográfico em periódicos nacionais da área de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, os quais foram avaliados pela CAPES entre as classificações A1, A2, A3 e B1. Esse recorte foi feito a fim de se ler/consultar artigos de maior qualidade e que simultaneamente fosse possível obter um número significativo de periódicos para se pesquisar.

A pesquisa nos periódicos resultou em dezenove (19) artigos significativos para com o tema deste trabalho. Os artigos que foram encontrados mais de uma vez não foram considerados nesta contagem. Os periódicos referentes aos dezenove (19) artigos encontrados são:

- Informação & Sociedade (UFPB. Online);
- Biblionline (João Pessoa);
- Encontros Bibli;
- Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia;
- Perspectivas em Ciência da Informação (Online);
- Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação.

No dia 10 de fevereiro de 2014, o levantamento prosseguiu para as bases de dados das BDTD’s. As BDTD’s pesquisadas correspondem às unidades de ensino encontradas na lista da

CAPES: “Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos” (grande área: ciências sociais aplicadas / área: ciência da informação).

A pesquisa nas BDTD's resultou em oito (8) dissertações significativas para este estudo. Os trabalhos encontrados mais de uma vez não foram considerados nesta contagem. Observa-se que nos periódicos e nas BDTD's a quantidade de textos encontrados e considerados significativos para esta pesquisa é baixa. Desta forma trata-se de assuntos poucos discutidos em nossa área. As BDTD's referentes a estes oito (8) trabalhos encontrados são bibliotecas das seguintes unidades de ensino:

- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade Estadual de Londrina (UEL);
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Embora a BDTD do IBICT incluía as demais unidades de ensino, citadas acima (USP, UEL, UFSC, UFMG), em sua base de dados de teses e dissertações, foi pesquisado também em cada BDTD destas unidades de ensino, para assim garantir uma pesquisa mais segura quanto aos resultados gerados.

Não foram encontradas teses significativas quanto aos descritores buscados, somente dissertações. Deve-se lembrar de que o tema do trabalho foi o que norteou a avaliação dos textos encontrados, se estes eram significativos ou não para com o tema. Foi observado durante o levantamento nos periódicos e nas BDTD's que a maioria dos textos (artigos e dissertações) encontrados é sobre biblioteca escolar e biblioteca pública.

Foram observadas as referências das dissertações encontradas. Isto resultou na escolha de outros textos que pudessem ser lidos/consultados. O “Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário”<sup>2</sup>, por exemplo, foi encontrado diversas vezes nas referências das dissertações (foi utilizada sua versão em Portable Document Format - PDF), assim como os artigos, da década de 80, do autor Victor Flusser e livros de Luis Milanesi. Os seguintes livros também pareceram relevantes diante das diversas vezes que foram citados: “O que é ação

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=3confcult-DicionarioCriticodePoliticaCultural.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

cultural” de Teixeira Coelho e “O que é lazer” de Luiz Camargo. Estes são meros exemplos dos textos que foram lidos/consultados resultantes das consultas às referências das dissertações.

No decorrer das leituras dos artigos, foram observados também outros textos que contemplassem a área e deveriam ser consultados, como por exemplo, o livro: “Biblioteca pública” de Almeida Júnior.

Além das leituras selecionadas durante a condução metodológica da pesquisa, foram escolhidos também os seguintes documentos que vão de encontro ao tema deste trabalho: “Caminhos transdisciplinares para a formação de bibliotecários” de Vieira (1983); “História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema” de Serrai (1975); “Introdução à biblioteconomia” de Fonseca (2007); “Biblioteca escolar” de Pimentel (2007); “Introdução A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro” de Pessoa (2011); e o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela emenda constitucional nº64, de 4 de fevereiro de 2010, o qual se refere aos direitos sociais do cidadão brasileiro.

Recorreu-se ainda aos manifestos e diretrizes da IFLA (*The International Federation of Library Associations and Institutions*), são eles: “Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar” (200-?); “Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares” (2005); “Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas” (2004); e “Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública”, 2ª edição, (2013).

## 2 AÇÃO CULTURAL, ANIMAÇÃO CULTURAL E “LAZER”

Neste capítulo foram definidos os termos: ação cultural, animação cultural e “lazer”. Foram feitas reflexões sobre o uso destes termos, possíveis relações entre estes, e análises quanto ao “lazer” como direito social da sociedade brasileira.

### 2.1 Definições e o uso dos termos

Como já visto nos procedimentos metodológicos, alguns dos termos utilizados na pesquisa bibliográfica foram: ação cultural, animação cultural e lazer. Foi observado que estes termos são essenciais para nos auxiliar na seguinte questão: há alguma relação que possa ser feita entre ação cultural e “lazer” e entre animação cultural e “lazer”? Esta questão será respondida posteriormente neste mesmo capítulo.

Vale destacar que ação cultural e animação cultural são diferentes. Embora haja autores, como Silva (1991) e Coelho (1997), que afirmam que a animação cultural faz parte da ação cultural. Para definir ação cultural, animação cultural e “lazer”, este trabalho apresentou suas definições através do que foi lido na literatura biblioteconômico-informacional, lembrando que autores como Coelho (1989, 1997) e Camargo (1986) foram citados por terem sido referenciados em algumas dissertações e artigos sobre ação cultural em bibliotecas.

Em seguida, apresentam-se as definições e as reflexões sobre o uso dos termos: ação cultural, animação cultural e “lazer” a partir da elaboração de quadros, obedecendo a seguinte ordem: 1º ação cultural, 2º animação cultural, e 3º “lazer”. Os quadros apresentaram conceitos segundo a própria visão dos autores utilizados.

Antes de definir o que é ação cultural e animação cultural, é válido destacar uma definição de cultura. Este trabalho considerou que:

Cultura é tudo que o homem acrescenta à natureza; tudo que não está inscrito no determinismo da natureza e que aí é incluído pela ação humana. Distingue-se na cultura os seus produtos: instrumentos, linguagem, ciência, a vida em sociedade, e os modos de agir e pensar comuns a uma determinada sociedade, que tornam possível a essa sociedade a criação da cultura. (FAVERO, 1983, p. 78 *apud* CABRAL, 1989, p. 26).

Para conceituar o que é ação cultural, não basta apenas definir “cultura”, é preciso também definir “ação”. Entende-se primeiramente que ação é um “Procedimento resultante de

uma decisão.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 2). Mas no contexto de ação cultural, a “ação” recebe definições mais detalhistas.

Segundo Coelho (1989), “ação” seria o oposto de “fabricação”. A “fabricação” é um método com início determinado e fim previsto, apresenta etapas determinantes para alcançar o fim. A “ação” “é um processo com início claro e armado, mas sem fim especificado e, portanto, sem etapas ou estações intermediárias pelas quais se deva necessariamente passar – já que não há um ponto terminal ao qual se pretenda ou se espere chegar.” (COELHO, 1989, p. 12). Este processo pode até resultar em um objeto, mas este não foi planejado quando se deu início ao processo, e está é a diferença (COELHO, 1989, p. 12-13).

Segue na próxima página o Quadro 1, que reuniu oito definições de ação cultural, apresentadas em ordem cronológica.

Quadro 1 – Definições de Ação Cultural em ordem cronológica.

<b>DEFINIÇÕES DE AÇÃO CULTURAL</b>	
<b>Flusser (1983)</b>	<p>“[...] a ação cultural é basicamente <b>mediação e criação de acervo</b>, inseridas em contexto cultural bem definido.” (FLUSSER, 1983, p. 148, grifo nosso).</p> <p>“[...] a ação cultural é a injeção de um <b>pensamento político</b> em uma atividade profissional, ou em outros termos, que ela é a síntese da interação entre moral e conhecimento [...]” (FLUSSER, 1983, p. 155, grifo nosso).</p>
<b>Cabral (1989)</b>	<p>“A <b>ação cultural bibliotecária</b> visa a democratização da cultura através do exercício de uma nova prática profissional comprometida com as classes menos privilegiadas da sociedade, de modo que os indivíduos possam manifestar-se nas diversas formas de expressão cultural, artística e literária, como sujeitos da <b>criação cultural</b>.” (CABRAL, 1989, p. 144, grifo nosso).</p> <p>“[...] a ação cultural bibliotecária é uma <b>opção política</b>, e envolve questionamentos como: ‘a quem vamos servir?’, trabalhar ‘a favor de quem?’, ‘fazer o que?’, ‘por que?’ e ‘como?’” (CABRAL, 1989, p. 157-158, grifo nosso).</p> <p>“O <b>agente cultural bibliotecário</b> deve tornar a biblioteca um local propício ao <b>diálogo</b> e ao exercício da produção e criação culturais.” (CABRAL, 1989, p. 157, grifo nosso).</p>
<b>Silva (1991)</b>	<p>A ação cultural “[...] na maioria das vezes inclui uma animação cultural, até como veículo de divulgação. Mas a ação cultural não se limita a <b>mostrar os bens culturais</b>, ela possibilita a participação das pessoas na <b>produção destes bens</b>, facilitando a aglomeração de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços e equipamentos da <b>biblioteca</b>. Assim, o que ela faz é tentar criar oportunidades para que o mero fruidor, o espectador, possa também elaborar sua produção.” (SILVA, 1991, p. 61, grifo nosso).</p>
<b>Coelho (1997)</b>	<p>“Conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada <b>política cultural</b><sup>3</sup>. Para efetivar-se, a ação cultural recorre a <b>agentes culturais</b> previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte<sup>4</sup> entre esse público e uma obra de cultura ou arte. A ação cultural pode voltar-se para cada uma das quatro fases, níveis ou circuitos do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso (ou consumo). A ação cultural de produção tem por objetivo específico concretizar medidas que permitam a <b>geração efetiva de obras de cultura ou arte</b>.” (COELHO, 1997, p. 31, grifo nosso).</p> <p>“A ação cultural de distribuição propõe-se criar as condições para que obras de cultura ou arte entrem num sistema de circulação que lhes possibilite o <b>acesso a pontos públicos de exibição</b> (cinemas, teatros, livrarias, galerias, museus, <b>bibliotecas</b>, etc.). A ação cultural voltada para a troca visa promover o <b>acesso físico a uma obra</b> de cultura ou arte por parte do público [...]. Finalmente, a ação cultural voltada para o uso procura promover o pleno <b>desfrute de uma determinada obra</b> [...]” (COELHO, 1997, p. 31, grifo nosso).</p>

<sup>3</sup> O “Dicionário de biblioteconomia e arquivologia”, de Cunha e Cavalcanti (2008), recorre a esta conceituação de Coelho (1997) para definir “ação cultural”.

<sup>4</sup> Na subseção “Atuação profissional” é analisada esta ideia de “ponte” entre público e obra.

<b>DEFINIÇÕES DE AÇÃO CULTURAL (continuação)</b>	
<b>Milanesi (2002)<sup>5</sup></b>	<p>“Aqui ela [ação cultural] é vista como uma <b>atividade</b> associada à informação preexistente. Tendo como base a informação, ela é desenhada e implantada a partir da <b>disponibilidade de acervos</b> que estejam localizados num local específico: uma <b>biblioteca</b> pública ou onde determinadas informações estejam disponíveis. [...] Como ação cultural e <b>criatividade</b> são elementos que se integram, é requisito básico conhecer o que já foi criado numa tentativa de encurtar o caminho entre o já visto e o novo.” (MILANESI, 2002, p. 96, grifo nosso).</p>
<b>Andretti, Calegare e Machado (2008)</b>	<p>“A ação cultural nada mais é do que o conjunto de ações desenvolvidas com o objetivo de criar condições de <b>interação aos usuários e visitantes</b> ao acervo da <b>biblioteca</b> bem como o <b>acesso as informações culturais</b>. Esse serviço é responsável pela organização, programação, execução e divulgação de <b>eventos</b> [...]” (ANDRETTI; CALEGARO; MACHADO, 2008, p. 192, grifo nosso).</p>
<b>Sanches e Rio (2010)</b>	<p>“A ação cultural que queremos enfatizar constitui-se como um <b>ato de reflexão político</b> e democrático. Ação que organize meios que desperte a valorização e transformação do espaço sociocultural. Ação que, ao promover <b>atividades</b> construídas organicamente, isto é, constituída mediante as circunstâncias vividas como experiências humanas, <b>potencialize e fomente a capacidade criativa de repensar</b> o novo a partir do antigo, num efeito de superação mediada por um processo contínuo de emancipação intelectual.” (SANCHES; RIO, 2010, p. 115, grifo nosso).</p>
<b>Gonçalves (2011)</b>	<p>“Ação cultural é aquela na qual os <b>agentes da ação</b>, os transformadores culturais, incentivam o sujeito (a que a ação está direcionada) a assumir o papel de agentes de ação.” (GONÇALVES, 2011, p. 37-38, grifo nosso).</p> <p>“Pode-se afirmar que só se trata de ação cultural aquela que deixa marcas, que modifica ou provoca o pensamento cognitivo de um indivíduo. [...]. Entende-se que ações culturais em <b>bibliotecas</b> são mecanismos utilizados para proporcionar diversas formas de leitura de mundo, que venham a envolver todas as dimensões dos sentidos, indo além da mera leitura imediata da realidade circundante.” (GONÇALVES, 2011, p. 39, grifo nosso).</p> <p>“A ação cultural nasce do <b>diálogo</b> e este só é possível quando os sujeitos podem dizer a palavra, ou seja, a comunicação do que pensam, sem imposição alguma, com liberdade.” (GONÇALVES, 2011, p. 39, grifo nosso).</p> <p>“A <b>participação</b> ativa e decisiva <b>do público</b> é indispensável, sem eles a ação cultural não ocorre.” (GONÇALVES, 2011, p. 42, grifo nosso).</p> <p>“A ação cultural pretende levar as pessoas a <b>produzir cultura</b>, não apenas e tão somente <b>consumir cultura</b>.” (GONÇALVES, 2011, p. 46, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado a partir de Flusser (1983), Cabral (1989), Silva (1991), Coelho (1997), Milanesi (2002), Andretti, Calegare e Machado (2008), Sanches e Rio (2010), Gonçalves (2011).

<sup>5</sup> Embora Milanesi (2002) faça observações significativas sobre ação cultural, estas não foram consideradas no Quadro 1, pois a função dos quadros é exibir a definição de ação cultural segundo a própria visão do autor.

A partir das definições de ação cultural, definida por diferentes autores no Quadro 1, observa-se abaixo, cinco linhas de pensamento quanto à ação cultural, as quais uma vertente não exclui a outra:

- **Disponibilização, mediação e acesso:** a soma dos conceitos de ação cultural dos autores Flusser (1983), Silva (1991), Coelho (1997), Milanese (2002), Andretti, Calegaro e Machado (2008) remete a ideia de que a ação cultural é voltada para a disponibilização, mediação e acesso a informação;
- **Uso:** os autores Coelho (1997) e Gonçalves (2011) citam a ação cultural como meio para desfrutar ou consumir informações. Essas “informações” são chamadas por Coelho (1997) de “obras” e por Gonçalves (2011) de “cultura”;
- **Criação e produção:** os autores Flusser (1983), Cabral (1989), Silva (1991), Coelho (1997) e Gonçalves (2011) caracterizam a ação cultural como um caminho para que o indivíduo, para quem é designada a ação cultural, possa criar e produzir obras, para este não ser apenas um utilizador de acervos, mas também produtor. No caso do autor Milanese (2002) este refere-se à criatividade, não necessariamente como uma criação ou produção. Já os autores Sanches e Rio (2010) defendem a ideia de criação no sentido de se repensar o novo a partir do antigo, possibilitando assim um processo contínuo de libertação intelectual;
- **Atividades e eventos:** os autores Milanese (2002), Andretti, Calegaro e Machado (2008), Sanches e Rio (2010), relacionam a ação cultural com a prática de desenvolver atividades e eventos;
- **Diálogo, interação e participação:** somados os conceitos de ação cultural de Cabral (1989), Andretti, Calegaro e Machado (2008), e Gonçalves (2011) observa-se que o diálogo, a interação e a participação do público, são funções da ação cultural.

Como podemos observar a primeira vertente, “disponibilização, mediação e acesso”, trata sobre mediação da informação. É relevante informar que este trabalho considera

[...] a mediação da informação como toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Pode-se observar também o contexto em que se insere a ação cultural, através do Quadro 1, e destacar dois contextos principais:

- **Ação cultural de cunho político:** os autores Flusser (1983), Cabral (1989), Coelho (1997), Sanches e Rio (2010), apresentam ação cultural dentro de um contexto político ou pensamento político. Coelho (1997) destaca-se por ser mais detalhista, ao afirmar que ação cultural visa por em prática os objetivos de uma determinada política cultural<sup>6</sup>;
- **Ação cultural bibliotecária ou na biblioteca:** os autores Cabral (1989), Silva (1991), Coelho (1997), Andretti, Calegari e Machado (2008), Milanesi (2002), e Gonçalves (2011) ao definirem ação cultural estes tem como foco ou fazem menção a ação cultural bibliotecária ou na biblioteca, ou apenas relacionam algum elemento da ação cultural a biblioteca.

Ainda no Quadro 1 é possível perceber certas definições de ação cultural que recorrem a um “agente” para realizá-las, neste caso tem-se os autores Cabral (1989), Coelho (1997) e Gonçalves (2011) que definem, respectivamente, esses “agentes” como: “agente cultural bibliotecário”, “agentes culturais” e “agentes de ação”. Este assunto foi desenvolvido no capítulo “Bibliotecário, biblioteca e ‘lazer’”.

Segue na próxima página o Quadro 2 que agrupou as definições de animação cultural, e resultou em quatro definições, apresentadas em ordem cronológica.

---

<sup>6</sup> Segundo Coelho (1997, p. 292) “[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.”.

Quadro 2 – Definições de Animação Cultural em ordem cronológica.

<b>DEFINIÇÕES DE ANIMAÇÃO CULTURAL</b>	
<b>Silva (1991)</b>	Animação cultural “[...] remete à ideia de <b>implementação de atividades e eventos para atrair o público</b> e chamar-lhe a atenção para a <b>biblioteca</b> . Pode funcionar como um ‘marketing’, uma isca, cujo objetivo é fazer com que o livro desencilhe da prateleira. Outra função seria a de ‘arejar’ a biblioteca, abrir portas e janelas [...] e conferir-lhe um ar mais gracioso, deixando que as vozes circulem naquele espaço de silêncio secular.” (SILVA, 1991, p. 61, grifo nosso).
<b>Coelho (1997)</b>	“Primeira expressão a que se recorreu, contemporaneamente, para indicar o processo de mediação entre indivíduos e modos culturais considerados genericamente. A animação cultural foi um dos instrumentos básicos <b>da organização e promoção do lazer</b> entendido não como simples ocupação do tempo mas como utilização instruída ou esclarecida do tempo livre. Neste sentido, consistia em atividades de iniciação do público às artes eruditas, na condição de espectador, e a práticas culturais e artísticas a seu alcance, geralmente como amador (pintura, cerâmica, teatro amador, etc.). Incluía, ainda, programas como passeios turísticos, reuniões dançantes e atividades esportivas. Além de uma utilização dita nobre do tempo livre, a animação cultural procurava simultaneamente estimular as <b>relações de convivialidade</b> imediata (sem maiores preocupações políticas) entre os membros de um mesmo grupo ou categoria, como trabalhadores desta ou daquela atividade ou componentes de uma coletividade específica (religiosa, étnica, etc.)” (COELHO, 1997, p. 42-43, grifo nosso).
<b>Cunha e Cavalcanti (2008)</b>	“ <b>implementação de atividades para atrair o público</b> e chamar-lhe a atenção para os produtos e serviços da biblioteca.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 17, grifo nosso).
<b>Sanches e Rio (2010)</b>	“A animação cultural, na maioria das vezes, está atrelada a <b>biblioteca</b> pública, isso se deve a produção de atividades como hora do conto, pequenas encenações teatrais [...]” (SANCHES; RIO, 2010, p. 116, grifo nosso).  “[...] animação cultural é conceituada como atividades que têm por razão <b>fomentar produtos culturais</b> como mercadoria cujo valores vindos de fora são introjetados naquele contexto como pertencentes àquela cultura.” (SANCHES; RIO, 2010, p. 119, grifo nosso).

Fonte: Elaborado a partir de Silva (1991), Coelho (1997), Cunha e Cavalcanti (2008), Sanches e Rio (2010).

A partir das definições de animação cultural, ditas acima, por diferentes autores no Quadro 2, observa-se duas linhas de pensamento quanto à animação cultural, em que uma vertente não exclui a outra:

- **Lazer e relações de convivialidade:** o autor Coelho (1997) remete animação cultural à organização e promoção do lazer, e simultaneamente a estimulação de relações de convivialidade entre membros de um mesmo grupo ou categoria;
- **Incentivo ao uso de serviços e produtos:** são desenvolvidas atividades e eventos para estimular o uso de serviços e produtos, no contexto da biblioteca. Esta observação é uma soma das conceituações de animação cultural a partir dos autores Silva (1991), Cunha e Cavalcanti (2008), Sanches e Rio (2010). A animação cultural ainda pode ser vista como um

“atrativo” para divulgar seus serviços e produtos, podendo funcionar como um “*marketing*” da biblioteca, segundo Silva (1991).

Visto que Cunha e Cavalcanti (2008, p.17), autores do “Dicionário de biblioteconomia e arquivologia”, consideram a “implementação de atividades” uma definição da animação cultural, a vertente “atividades e eventos”, baseadas em conceitos de ação cultural, não foi trabalhada no contexto desta última. Logo, quando se refere às atividades e eventos, é no contexto de animação cultural, e não ação cultural. Entende-se também que a ação cultural não é apenas uma atividade ou evento, é um processo.

Observa-se que Coelho (1997) ao se referir à animação cultural, no Quadro 2, este utilizou tempos verbais no passado, pois na visão do autor:

Os programas de animação cultural foram sendo gradativamente postos de lado junto com a própria expressão. Firmou-se, substitutivamente, a expressão ação cultural para designar um processo no qual se abria mais espaço para a participação ativa e não dirigida daqueles aos quais os programas se dedicavam o para os quais se procurava abrir horizontes mais amplos que o da simples diversão imediata. (COELHO, 1997, p. 43).

Como complemento ao conceito de animação cultural, que tem como linha de pensamento incentivar o uso de serviços e produtos, no contexto da biblioteca, destaca-se o conceito de “animação de bibliotecas”:

conjunto de atividades, tais como conferências, visitas, exposições, projeções de filmes, etc., levadas a cabo pelos serviços de leitura e difusão da biblioteca, com a finalidade de dinamizar a utilização dos seus fundos · conjunto de ações que pretendem divulgar junto do público, particularmente do público mais jovem, as atividades levadas a cabo pelas bibliotecas, e que podem não consistir apenas em programas que visem a leitura. São particularmente recomendáveis ações de animação de bibliotecas nas escolas primárias e secundárias, visando a dinamização da leitura. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 54).

Observa-se que o conceito de “animação de bibliotecas”, acima, segue uma linha de pensamento semelhante ao “incentivo ao uso de serviços e produtos”, citada anteriormente. Visto que a “animação de bibliotecas”, segundo Faria e Pericão (2008), é um conjunto de atividades a fim de dinamizar a utilização de seus fundos (entende-se “fundos” no sentido de “bens” da biblioteca, ou seja, seu acervo), e também, não só estimular a utilização do acervo, como pode vir a ter como fim a dinamização da leitura.

A definição também chama atenção quanto ao seu “conjunto de ações que pretende divulgar” as atividades organizadas pela biblioteca, do mesmo modo, esta também é uma

característica do “incentivo ao uso de serviços e produtos”, pois assemelha-se a ideia de *marketing* da biblioteca.

Segundo Faria e Pericão (2008, p. 54) animar é “[...] promover; desenvolver [...]”; já o animador é “aquele que anima, que dinamiza, que estimula.”; e animado é aquele que é “vivificado; estimulado; encorajado [...]”. Observa-se que estas definições também são favoráveis a ideia de uma animação cultural para incentivar o uso dos serviços e produtos da biblioteca.

Dos quatro conceitos apresentados sobre “animação cultural”, a partir de Silva (1991), Coelho (1997), Cunha e Cavalcanti (2008), Sanches e Rio (2010), nenhum destes fez menção ao “animador”, assim como houve com os “agentes” para realizar a ação cultural. Com exceção do autor Flusser (1983), que não está presente no Quadro 2, este sustenta a ideia de que a diferença entre um bibliotecário e um bibliotecário animador é que a animação bibliotecária é a injeção de um pensamento político na prática bibliotecária. Sobre o “bibliotecário-animador”, este é um assunto que foi desenvolvido no capítulo “Bibliotecário, biblioteca e ‘lazer’”.

Durante as leituras sobre ação cultural e animação cultural, notou-se a preocupação de alguns autores, como Cabral (1989), Sanches e Rio (2010, p. 110), em diferenciar esses termos.

Para introduzir essa diferenciação é válido informar primeiramente que animação cultural

[...] ao contrário da ação cultural, não se caracteriza pela criação das condições a partir das quais seus receptores possam inventar seus próprios fins, tornando-se sujeitos da ação. É, antes, uma atividade que se esgota no ato, não gerando necessariamente resíduos ou pontos de partida para novos processos análogos ou diferentes. (COELHO, 1997, p. 43).

Para continuar a esclarecer a diferenciação entre ação cultural e animação cultural, Coelho (1997) após afirmar que a ação cultural procura pôr em prática os objetivos de uma política cultural, e que a ação cultural pode voltar-se para cada fase do sistema de produção cultural (produção, distribuição, troca e uso/consumo), o autor ainda argumenta que há dois tipos básicos de ação cultural, conforme seus objetivos são eles: ação cultural de serviços (animação cultural) e ação cultural de criação.

A ação cultural de serviços, segundo Coelho (1997) é, primeiramente, uma forma de animação cultural, pois esta envolve relações públicas, propaganda ou publicidade, com a finalidade de promover a venda de um livro, um espetáculo de teatro etc., ou apenas tornar próximo desses produtos um público que é pouco receptivo, por motivos econômicos ou por outras razões. Enquanto

**A ação cultural de criação, ou ação cultural propriamente dita**, propõe-se, diversamente, a fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural como um todo e aproximarem-se umas das outras por meio da invenção de objetivos comuns. Neste sentido, o termo criação é tomado em seu sentido mais amplo: não se refere apenas à **construção de uma obra**, à sua elaboração física, mas também ao **desenvolvimento das relações entre as pessoas e uma obra - e das pessoas entre si por intermédio da obra** [...] (COELHO, 1997, p. 32, grifo nosso).

Após a apresentação dos conceitos sobre o que é animação cultural e ação cultural, e suas diferenças, entende-se que animação cultural, comparada a ação cultural, é limitada. Pois a animação cultural limita-se em divulgar produtos e serviços através de eventos e atividades.

A ação cultural, além de poder desfrutar da animação cultural, uma vez que se pode utilizá-la como meio de divulgação (SILVA, 1991), esta tem como foco criar condições para que as pessoas realizem suas próprias criações (COELHO, 1997). Essas “condições” podem estar pautadas em um pensamento político, acesso de informação e uso de informação – vertentes de pensamento de Coelho (1997), quanto à ação cultural.

Entende-se que as relações entre pessoa e obra, e a criação de relações entre pessoas por intermédio de uma obra (COELHO, 1997, p. 32), estão presentes nas vertentes: “uso” e “diálogo, interação e participação”, respectivamente.

Segue na próxima página o Quadro 3, que reuniu duas definições de “lazer”, apresentadas em ordem cronológica.

Quadro 3 – Definições de “Lazer” em ordem cronológica.

<b>DEFINIÇÕES DE “LAZER”</b>	
<b>Camargo (1986)</b>	<p>“[...] em toda escolha de lazer, existe o princípio da <b>busca do prazer</b> [...]” (CAMARGO, 1986, p. 12, grifo nosso).</p> <p>“[...] há um <b>grau de liberdade</b> nas escolhas dentro do lazer, maior que nas escolhas que se faz no trabalho, no ritual familiar, na vida sócio-religiosa e sócio-política.” (CAMARGO, 1986, p. 12, grifo nosso).</p> <p>“O lazer é sempre <b>liberatório de obrigações</b>: busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe.” (CAMARGO, 1986, p. 12-14, grifo nosso).</p>
<b>Coelho (1997)</b>	<p>“Conteúdo do tempo orientado para a <b>realização pessoal</b> como fim último. Este tempo é o concedido ao indivíduo <b>depois de ter ele cumprido suas obrigações</b> profissionais, familiares, sociopolíticas e outras.” (COELHO, 1997, p. 226, grifo nosso).</p> <p>“O lazer é um valor social próprio da sociedade industrial desenvolvida e decorrente de uma evolução social que reconhece ao indivíduo o direito de dispor de um tempo destinado basicamente à <b>auto-satisfação</b>.” (COELHO, 1997, p. 226, grifo nosso).</p> <p>“O lazer não se marca por um tipo definido ou privilegiado de atividade; pode abranger práticas culturais ou de relacionamento social, comportar atividades esportivas ou de trabalho manual e pode também ser entendido como comportamento ativo (participação num grupo de teatro amador) ou passivo (frequência a cinemas, exposições, etc.), como culto do corpo (ginástica) tanto quanto culto do espírito.” (COELHO, 1997, p. 227).</p>

Fonte: Elaborado a partir de Camargo (1986) e Coelho (1997).

A partir das definições de “lazer”, de Camargo (1986) e Coelho (1997), presentes no Quadro 3, acima, observa-se que essas definições se complementam e formam duas linhas de pensamento quanto ao “lazer”, as quais uma vertente não exclui a outra:

- **Bem-estar:** Camargo (1986) e Coelho (1997) remetem a ideia de lazer associada à busca de prazer, realização pessoal e a auto-satisfação;
- **Liberdade:** Camargo (1986) afirma que o grau de liberdade nas escolhas referente ao lazer é maior que nas escolhas referentes a outros contextos, o autor ainda afirma que o lazer é sempre liberatório de obrigações. Já Coelho (1997), caracteriza lazer como um tempo concedido ao indivíduo após este ter cumprido suas obrigações.

Para complementar o que Coelho (1997) diz sobre as atividades de lazer (última citação no Quadro 3), vale apresentar também a visão de Camargo (1986) quanto a estas atividades.

“No Brasil, ouve-se muito uma classificação de atividades de lazer em atividades esportivas, recreativas e culturais. Lazer esportivo seria aquele praticado segundo regras, o recreativo seria exercido livremente, e o cultural, centrado nas artes e no conhecimento.” (CAMARGO, 1986, p. 17). Quanto ao termo “recreação” para referenciar “lazer”, destaca-se que

na França e no Brasil, o termo recreação, remete a recreação escolar, por esta razão prefere-se o termo lazer (CAMARGO, 1986).

Como não foram encontradas definições de “entretenimento” ou “entreter” nos dicionários consultados da área de Biblioteconomia, recorreu-se a um dicionário comum da língua portuguesa, o Michaelis (1998, p. 824), para explicar tais conceitos, sendo assim entende-se que “entretenimento” é “Ato de entreter. Distração, passatempo, divertimento;” (em base neste conceito, o presente trabalho utilizada as palavras “distração” e “diversão” como sinônimos de entretenimento) e “entreter” é “Divertir (-se) em alguma recreação.”.

Utilizando-se dos conceitos apresentados até então, este trabalho propõe-se responder a seguinte pergunta feita anteriormente: há alguma relação que possa ser feita entre ação cultural e “lazer”, e entre animação cultural e “lazer”?

## **2. 2 Relações entre animação cultural - “lazer” e entre ação cultural - “lazer”**

Primeiramente, é válido informar que se considera, neste trabalho, que para o entretenimento ocorrer, o “bem-estar” e a “liberdade”, linhas de pensamento quanto ao “lazer” (ver p. 30), foram conquistados pelo indivíduo. Sendo assim quando se cita entretenimento, entende-se que as ideias de “bem-estar” e “liberdade” também estão inclusas. Desta forma a palavra “entretenimento” vai ser utilizada no sentido de “auge” do “lazer”. Ou seja, se o sujeito utilizar sua liberdade para praticar/realizar uma atividade, e essa atividade lhe causar a sensação de bem-estar, pode-se dizer que este é um contexto propício para que o sujeito possa se divertir.

Foi visto que a animação cultural já foi considerada um instrumento básico para promover a organização e promoção do lazer, na visão de Coelho (1997), e também foi citado que a animação cultural é a “implementação de atividades para atrair o público e chamar-lhe a atenção para os produtos e serviços da biblioteca.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 17).

No contexto em que estas práticas (atividades e eventos) funcionam como “atrativas”, pode-se dizer que a animação cultural, através dessas práticas, pode estar “utilizando” da “liberdade” do usuário que está presente na biblioteca, e junto a isto “despertar” neste o “bem-estar” através de suas atividades/eventos, tornando-se estas práticas de fato “atrativas” que possibilitam o entretenimento e o uso dos serviços e produtos da biblioteca.

Quanto à relação de ação cultural com o “lazer”, Coelho (1989) afirma que lazer através da cultura não é exatamente ação cultural. Na visão do autor o

Lazer, o homem massificado já tem e muito na TV, no disco e até nas páginas ‘cultas’ dos jornais, que concedem quase todo seu espaço aos *amuseurs* [artistas], os que divertem a ‘massa’ com suas musquetas em serie, seus teatros padronizados, seus filmes de receituário. É um desperdício de dinheiro público, além de concorrência ilícita e inútil, porque burra, abrir um centro cultural ou promover uma ação cultural para dar lazer aos que estão em seu tempo livre. (COELHO, 1989, p. 49-50, grifo do autor).

Porém, este trabalho não concorda com esta linha de pensamento expressada por Coelho (1986) quanto à “inutilidade” de promover ação cultural em prol do lazer. Uma vez que, fazendo uma retrospectiva do que foi visto sobre a ação cultural, pode-se dizer que esta segue, principalmente, quatro vertentes de pensamento: disponibilização, mediação e acesso da informação; uso de informação; criação e produção informacionais; e diálogo, interação e participação do público. Logo, afirma-se que o uso de informação, a criação e produção informacionais e o diálogo, interação e participação do público são processos que podem estar “utilizando” da “liberdade” do usuário, e também podem vir a despertar o “bem-estar” neste, possibilitando a “conquista” do entretenimento.

Sendo assim, entende-se, por meio dos conceitos apresentados, que a animação cultural e a ação cultural podem utilizar da “liberdade” dos usuários, e despertar o “bem-estar” nestes. Desta forma, a animação cultural e a ação cultural podem ser caminhos para vir a ser “conquistar” o entretenimento, o “auge” do “lazer”. Ressalta-se que estas relações serão mais aprofundadas no decorrer deste trabalho.

### 2.3 “Lazer”: o nosso direito social

Esta seção teve como base teórica principal o artigo “A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro” de Pessoa (2011). Visto que o autor sintetiza a parte histórica dos direitos sociais em nosso contexto ocidental.

Segundo Pessoa (2011), os direitos sociais são aqueles que garantem aos indivíduos condições materiais imprescindíveis para o pleno gozo dos direitos. Por esta razão estes exigem do Estado uma intervenção na ordem social, a fim de que se assegurem os critérios de justiça distributiva. Os direitos sociais se realizam através da atuação estatal com a destinação de

diminuir a desigualdade social, por esse motivo, há uma tendência em possuir custos excessivamente altos e de serem realizados em longo prazo.

Conforme o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988<sup>7</sup>, com redação dada pela emenda constitucional nº64, de 4 de fevereiro de 2010 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”.

De acordo com Pessoa (2011), os direitos sociais surgiram em decorrência da Revolução Industrial no século XIX, a qual tem como marco a substituição do homem pela máquina, em consequência disto ocorre o desemprego em massa, o que causou miséria e grande excedente de mão de obra. O autor ainda afirma que este conjunto de fatos gerou desigualdade social, o que fez com que o Estado se visse diante da necessidade de proteção ao trabalho e de outros direitos, como: saúde, educação e lazer. Entretanto, os direitos sociais tiveram o seu ápice com o marxismo e o socialismo revolucionário no século XX.

A jornada de trabalho diminui através da conquista dos direitos trabalhistas, no entanto, simultaneamente diminui-se também o salário. Em consequência disto, as pessoas buscavam alternativas para complementar a renda domiciliar, o que resultou no não uso do tempo livre para descanso ou lazer (PESSOA, 2011). Esta afirmação exemplifica a dificuldade de pensar em “lazer” quando a comunidade é afetada, neste caso financeiramente, o que é evidente a relação disto com as condições básicas de sobrevivência, como saúde e alimentação.

Uma vez reconhecida a complexidade deste assunto, o mesmo deve ser explorado por profissionais que se encontram em uma biblioteca inserida em um contexto com essas características ditas acima. Afinal, o “lazer” pode ser benéfico aos usuários, pois este “[...] é sempre liberatório de obrigações: busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe.” (CAMARGO, 1986, p. 12-14).

Pessoa (2011) ainda afirma que os direitos sociais possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, a fim de equalizar situações sociais desiguais, desta forma são direitos relacionados ao direito de igualdade. Disto isto, somado a lei e a origem dos direitos sociais, pode-se afirmar que os direitos sociais são direitos que tem a função de amenizar a desigualdade social, quanto à educação, alimentação, trabalho, moradia, “lazer”, segurança, previdência social,

---

<sup>7</sup> A Constituição de 1988 embora tenha passado por modificações, esta já apresentava o lazer como direito social ao cidadão brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Há ainda uma preocupação em atender aos que mais sofrem da ausência destes direitos, os quais foram chamados anteriormente de “os mais fracos” por Pessoa (2011).

Seguindo esta linha de raciocínio, será a biblioteca uma organização que deva se preocupar com os direitos sociais a fim de amenizar a desigualdade social? Talvez quanto à educação, haja uma maior gama de bibliotecários que diriam “sim”. Embora quanto aos outros direitos, talvez não haja uma maior motivação por parte da biblioteca.

Dos textos lidos na revisão de literatura, chamaram a atenção àqueles que têm um discurso voltado para a função social do bibliotecário quanto à educação. Em nenhum desses textos, ou textos similares, foi citada a lei dos direitos sociais. Isso favorece a seguinte afirmação: a biblioteca como organização não se enxerga como um espaço para auxiliar o desenvolver dos direitos sociais, embora na literatura biblioteconômico-informacional haja discursos em prol da educação e até em prol do “lazer”, mas não há ligação direta e nem indireta com os direitos sociais. Apesar desta afirmação não estar fundamentada em estudos que aprofundam este tema, esta é válida para estimular pesquisas sobre a relação entre biblioteca e direitos sociais.

Para melhor estimular o desenvolvimento destes estudos, frisa-se que “No direito ao lazer, é expressa uma nova forma de se reivindicar a dignidade humana.” (CAMARGO, 1986, p. 100), e “[...] se ela [a biblioteca] não ocupar os espaços que as necessidades sociais e os avanços tecnológicos criam, progressivamente será marginalizada como instituição do passado e, portanto, sem função.” (MILANESI, 1986, p. 12).

No contexto deste trabalho, este conjunto de citações, acima, chamou atenção pelas seguintes expressões: “dignidade humana”, “necessidades sociais” e “função”. Relacionar o “lazer” com a dignidade humana/necessidade social com a função da biblioteca é um discurso complexo. Mas é um desafio que deve ser enfrentado por parte dos bibliotecários, se estes de fato, querem uma biblioteca voltada para o usuário, tornando-se esta não uma organização do passado, apenas, ou sem função, mas sim uma organização também presente na atualidade, com funções a cumprir.

O dia destinado para lazer e descanso, segundo a Carta Magna de 1988, é preferencialmente aos domingos, e este dia não deve ser vendido por parte do empregado e nem por parte do empregador, porque este dia é destinado ao descanso, e este é um direito social (PESSOA, 2011). É evidente que se pode generalizar a ideia de “domingo”, afinal, para os

profissionais que contém carteira assinada, estes têm direito a dias de folga que não são necessariamente aos domingos.

Mas partindo da ideia que aos finais de semana, principalmente aos domingos, há uma tendência em atribuir esses dias ao descanso e ao “lazer”, como as bibliotecas respondem a isso? Bibliotecas que fecham aos finais de semana, e só atendem aos usuários de segunda a sexta, podem remeter indiretamente à ideia de que estas organizações estão apenas envolvidas com nossas atividades educacionais e profissionais.

Desta forma, tem-se a seguinte indagação: dentre os objetivos da biblioteca, o “lazer” é visto como um? Este assunto foi desenvolvido no capítulo “Bibliotecário, biblioteca e ‘lazer’”, no contexto das bibliotecas públicas e escolares.

### 3 BIBLIOTECÁRIO, BIBLIOTECA E “LAZER”

Este capítulo realizou uma breve visão panorâmica, quanto à biblioteca e o “lazer”; posteriormente analisou o bibliotecário e o “lazer”, quanto a sua formação acadêmica e sua atuação profissional; e analisou também a biblioteca e o “lazer”, no caso das bibliotecas públicas e escolares (visto que a literatura biblioteconômico-informacional, quando trata de “lazer”, é mais pertinente quanto às bibliotecas públicas e escolares).

#### 3.1 Breve visão panorâmica

Esta subseção baseou-se no artigo “História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema” de Alfredo Serrai (1975). Este abrange a evolução histórica da biblioteca e também trata de pontos relevantes para este trabalho, como as necessidades da sociedade, o “lazer” proporcionado pelos livros, e o posicionamento da biblioteca quanto a estes fatos.

Na assim chamada idade moderna, que chega até nossos dias, a estrutura da biblioteca é obrigada a modificar-se continuamente até que mude seu significado e sua natureza. Doutro lado, as reformulações sociais alteram profundamente suas funções: os processos de adequamento da biblioteca às **necessidades da sociedade** não acompanharam o mesmo esquema em todos os países: como **serviços que abrangem as estruturas econômicas e culturais de uma mesma nação**, ela recebeu maior apoio e, por isso maior incentivo, nos lugares aonde as escolhas políticas se fizeram tempestivamente. (SERRAI, p. 147, 1975, grifo nosso).

Observa-se que o autor relata sobre as “necessidades da sociedade” e cita como exemplo os “serviços que abrangem as estruturas econômicas e culturais de uma mesma nação”. Desta forma, surgiram as seguintes indagações: que necessidades são essas que a biblioteca tem que (ou deveria) suprir? O “lazer” faria parte dessas necessidades?

Por enquanto, pode-se afirmar que se a comunidade, em que está inserida a biblioteca, considerar o “lazer” como uma “necessidade da sociedade” esta terá que se posicionar quanto a isto; não com a intenção de acompanhar “o mesmo esquema em todos os países”, mas sim de querer e conseguir atender a demanda das necessidades da comunidade que a cerca.

“Quem lê é – em falta ou como acréscimo de outros lazeres – um fruidor de livros e, se as bibliotecas existem, ele é um usuário dessas bibliotecas, com a condição de que elas se adaptem

ao seu nível cultural e ao seu grau de curiosidade.” (SERRAI, 1975, p. 156). Sendo assim, o “nível cultural” e o “grau de curiosidade” poderiam compor as tais “necessidades da sociedade” que Serrai (1975) cita. Lembrando que a biblioteca pode não só se adaptar ao nível cultural e o grau de curiosidade de uma sociedade, como pode também fazer parte da produção cultural e ainda despertar a curiosidade de seus usuários. Além disso, a leitura é vista, pelo autor, como um ato feito por falta de lazer ou como o próprio lazer.

Para satisfazer as necessidades de instrução e de distração dos que não eram sábios, estudantes ou suficientemente ricos para possuir suas próprias coleções de livros, toma forma, a partir do século XVII, a biblioteca circulante, quer dizer uma coleção de volumes que são emprestados para leitura, mediante pagamento de pequena quantia. Às bibliotecas circulantes devem-se acrescentar as bibliotecas por subscrição ou assinatura, que exigiram o pagamento de uma quantia fixa mensal. Além dessas, as bibliotecas filantrópicas, aquelas que se mantêm em parte com as contribuições dos usuários. Essas bibliotecas têm tal desenvolvimento nos países anglo-saxônicos que são publicadas séries completas de literatura de ficção quase que exclusivamente para seu consumo. (SERRAI, 1975, p. 157).

Mais uma vez, pode-se descrever as “necessidades da sociedade” ao nos referirmos a citação acima, uma vez que o autor trata sobre as “necessidades de instrução e de distração” da sociedade, e como alguns tipos de bibliotecas se posicionaram para satisfazê-las. Sendo assim, pode-se dizer que o “lazer” é uma das necessidades da sociedade, a qual a biblioteca tentou suprir através de suas coleções de literatura, como é visto na citação acima.

É necessário observar a ênfase que é atribuída à associação entre leitura e distração (entretenimento), e que esta associação não ocorre só em prol da “instrução”, mas também em prol da “distração”, ou seja, o prazer proporcionado pelas “séries completas de literatura de ficção quase que exclusivamente para seu consumo”.

Neste contexto, as bibliotecas tiveram que arcar com as “necessidades da sociedade”, e elaboraram “serviços que abrangem as estruturas econômicas e culturais de uma mesma nação”; se adaptaram ao “nível cultural e ao [...] grau de curiosidade” dos usuários, e se dedicaram “Para satisfazer as necessidades de instrução e de distração” dos mesmos. (SERRAI, 1975, p. 147-157).

Assim, observa-se que serviços em prol da cultura, da curiosidade e da distração (entretenimento) não são novas preocupações ou novas necessidades de uma sociedade contemporânea, somente. Há tempos, essas necessidades são discutidas e cabe ao bibliotecário refletir sobre estas e analisar sua função social neste contexto.

### 3. 2 O bibliotecário e o “lazer”

Como já foi visto anteriormente, a animação cultural e a ação cultural podem “utilizar” da “liberdade” dos usuários, e despertar o “bem-estar” nestes. Sendo assim, a animação cultural e a ação cultural podem ser caminhos para vir a “conquistar” o entretenimento, o “auge” do “lazer”. Deste modo, é justificável o uso de referencial teórico sobre a formação acadêmica do bibliotecário, quanto à ação cultural, animação cultural ou ao próprio “lazer”.

Este trabalho tem como base conceitual, do que seja “bibliotecário”, a seguinte definição:

O bibliotecário é um profissional da informação capacitado a planejar, organizar, gerenciar Bibliotecas - públicas, escolares, universitárias, infantis; Centros, Serviços e Redes de Informação e Documentação em empresas, bancos, sindicatos, discotecas, editoras, arquivos, museus e outras organizações. É um profissional de nível superior, conforme a Lei n. 4.084, de junho de 1962. A formação deste profissional, dá-se através do processo formal oferecido por cursos de graduação e de pós-graduação, por conhecimentos adquiridos em seu local de atuação, ou oferecidos pelas associações profissionais. Dá-se também, pela atualização permanente influenciada pelas exigências do mercado, dentro das características políticas, econômicas, sociais e culturais de cada região, estado e país. (SALGADO; BECKER, 1998, p. 1).

Em complemento à conceituação de “bibliotecário” de Salgado e Becker (1998), e para um melhor desenvolvimento quanto a sua formação e atuação profissional, esta seção recorreu a textos que tratam sobre animação cultural e ação cultural. Visto que essas práticas podem ser favoráveis para a elaboração de um espaço que proporcione “lazer” na biblioteca.

Embora haja autores como Sanches e Rio (2010) que não concordam com a ideia de ação cultural ser um caminho apropriado para se “conquistar” o lazer, dado que estes autores defendem que

**A ação cultural não é** por a disposição dos usuários o privilégio de usufruir dessa ou daquela cultura, **passar horas de entretenimento e distração na biblioteca**, muito menos deve ser entendida como isca para a promoção da leitura. (SANCHES; RIO, 2010, p. 117, grifo nosso).

Mas como já explicado, esta não é a nossa abordagem.

Segue abaixo as características de “um agente cultural bibliotecário”, o qual, na visão de Cabral (1989), é o responsável pela ação cultural bibliotecária:

**O agente cultural bibliotecário deve tornar a biblioteca um local propício ao diálogo e ao exercício da produção e criação culturais.** Somente assim a biblioteca cumprirá também sua função criativa e poderá alcançar a verdadeira democratização da cultura, reduzindo o fosso entre a chamada “cultura erudita”

e “cultura popular”. Para alcançar esta meta, o bibliotecário terá que modificar profundamente sua prática buscando meios alternativos de desenvolvimento das ações, assim como **repensar os próprios objetivos e funções da biblioteca tradicional**. (CABRAL, 1989, p. 157-158, grifo nosso).

Desta citação, analisa-se o que está em negrito. Observa-se que o “agente cultural bibliotecário” deve tornar a biblioteca um “local propício ao diálogo” e a “produção e criação culturais”. Estas são oportunidades promissoras quando somadas ao “bem-estar” e a “liberdade”, linhas de pensamento quanto ao “lazer” (ver p. 30), e assim será possível um entretenimento em grupos, caso o local for propício ao diálogo.

Percebe-se também que cabe ao bibliotecário repensar os objetivos e funções de uma biblioteca “tradicional”. Acredita-se que isto não seja somente necessário para o desenvolver, apenas, da ação cultural bibliotecária, mas também é uma característica válida para qualquer ação bibliotecária. Mesmo que o bibliotecário tenha que cumprir e desenvolver os objetivos e as funções da biblioteca, até então já formulados e estabelecidos, este precisa também renovar essas “determinações de suas práticas”. Já que a biblioteca atende a seres humanos os quais estão sujeitos a diferentes contextos, diferentes ideologias e constantes transformações, sobre suas necessidades e desejos.

Um exemplo básico seria pensar que o usuário pode ser, de fato, influenciável pelos serviços e produtos do mercado e da tecnologia, o que influencia em mais novas necessidades e desejos destes clientes/usuários da biblioteca. Em uma biblioteca que tenha como objetivo o “lazer”, é preciso que o bibliotecário descubra quais os mais novos anseios de “lazer” de seu público-alvo.

Junto a isso pensar também: a biblioteca tem condições (ou pode vir a ter) de suprir essas mais novas necessidades e desejos de “lazer”? É essencial ter em mente que assim como o acervo da biblioteca necessita de uma avaliação e atualização, esses serviços e produtos em prol do “lazer”, também precisam ser avaliados e atualizados.

Destaca-se aqui o bibliotecário com “[...] uma atuação mais voltada para o público e menos para a organização.” (MILANESI, 1985, p. 105). Não que a organização não seja essencial para a biblioteca, mas esta não foi uma abordagem biblioteconômica trabalhada nesta pesquisa, e sim a abordagem biblioteconômica em atender e suprir as vontades do usuário, destacando-se as vontades voltadas para o “lazer”.

Observa-se, no decorrer deste trabalho, abordagens quanto ao currículo acadêmico do bibliotecário, a favor de um bibliotecário que tenha em sua formação uma base para trabalhar com diferentes contextos e comunidades, ou seja, diferentes realidades sociais, econômicas e culturais. Sendo assim, é perceptível que esta base pode auxiliar na sua desenvoltura profissional quanto a sua capacidade de poder conhecer e atender o usuário. Pois, isto pode facilitar quando se pensar na elaboração de um espaço de “lazer” para este usuário, pois o bibliotecário, em teoria, terá uma base, proveniente de sua formação acadêmica, que possibilitará conhecimentos e métodos para vir a conhecer e atender melhor o seu público-alvo para o qual trabalhará.

Também é fundamental que o bibliotecário trabalhe em um contexto e com um público-alvo que lhe agrada. Este profissional deve fazer parte da comunidade a qual atende, no sentido de entender a “linguagem” de seu usuário e de conhecer esse usuário, visto que “Se o bibliotecário não for parte daquela comunidade ele não deverá ser o bibliotecário dela.” (MILANESI, 1985, p. 106).

A autora Cabral (1989) ao relatar sua pesquisa de campo, ou seja, suas experiências com a ação cultural, esta afirma que

A preocupação básica era a de não percorrer os caminhos de uma ação cultural de “domesticação”, mas optar por um outro posicionamento, ou seja, uma ação cultural transformadora, emancipatória, que considera a cultura como meio de expressão criativo e a **ação cultural como instrumento para promover a produção e criação cultural**. (CABRAL, 1989, p. 59-60, grifo nosso).

Assim como Cabral (1989) defende a ação cultural como um “instrumento para promover produção e criação cultural”, este trabalho propõe que, além disso, é possível o “lazer” na biblioteca através da ação cultural. Visto que nenhum dos conceitos de “ação cultural” caracterizou esta “produção e criação cultural” como um ato “obrigatório”, como por exemplo: uma monografia para se conseguir um diploma, ou uma produção cobrada profissionalmente.

Logo, entende-se que essa produção cultural, carrega em si, um ato de liberdade do indivíduo. Somado a isto o indivíduo só vai praticar esta produção cultural se isto lhe causar um bem-estar pessoal, uma vez que esta não é uma produção por obrigação. Desta forma, o bibliotecário que pretende desenvolver em sua biblioteca a ação cultural tem que ter conhecimento de que isto não é uma “obrigação da população”, logo, se ele somar o “lazer” a esta chamada “ação cultural”, ele poderá ter mais chances de atingir um maior público e uma maior desenvoltura na elaboração desta ação; posto que “Por livre escolha no lazer, entenda-se

assim a existência de um tempo precioso onde se pode exercitar com mais criatividade as alternativas de ação ou de participação.” (CAMARGO, 1986, p. 11).

Embora se reconheça que não existe receita para desenvolver uma ação cultural em qualquer tipo de biblioteca, existe o seguinte princípio: o envolvimento (SANCHES; RIO, 2010), por parte do bibliotecário e do usuário. Para complementar essa temática de “bibliotecário e ‘lazer’”, foi desenvolvida uma análise sobre sua formação acadêmica e sua atuação profissional.

### 3.2.1 Formação Acadêmica

Esta subseção teve como base teórica principal os autores Flusser (1982) e Vieira (1983), visto que esses autores relacionam a animação cultural e ação cultural com seus “moldes curriculares”.

Este trabalho limitou-se a estudar a formação acadêmica do bibliotecário, segundo a literatura biblioteconômico-informacional. Sendo assim, não houve posicionamento, deste trabalho, quanto aos possíveis aprimoramentos na formação deste profissional.

A condução dos cursos de Biblioteconomia leva a acreditar que a biblioteca não é para o público, mas é o espaço do bibliotecário, o que seria a própria negação da biblioteca. É o bibliotecário que deve se colocar ao lado do público, ser público também e não esperar que o público seja bibliotecário. (MILANESI, 1986, p. 125).

Não foi objetivo, deste trabalho, avaliar se os cursos de Biblioteconomia influenciam na afirmação de que a biblioteca é voltada para o bibliotecário e não para o público, mas seguiu-se um discurso direcionado para seguinte linha de pensamento: a formação do bibliotecário deve-lhe preparar para trabalhar em prol do usuário e com o usuário, e isto envolve toda uma base teórica e prática que deveria ser desenvolvida durante a formação acadêmica.

Quando se trata em trabalhar em prol do usuário e com o usuário, no contexto da ação cultural bibliotecária, Silva (1991, p. 62) levanta o seguinte argumento e questão: “Cabe verificar o preparo do profissional para enfrentar o exercício da ação cultural. Estaria ele pronto para isto?”. A autora responde que se tratando da formação profissional do bibliotecário, este não está preparado. Silva (1991) alega que a ação cultural não admite receitas, pois o aprendizado ocorre principalmente na prática, mas isto não invalida a necessidade de uma base teórica presente nos

cursos de graduação, assim como em nível de pós-graduação, somados ao acompanhamento da prática por intermédio de reflexões sistemáticas.

Flusser (1982, p. 231) defende a ideia que a formação do “bibliotecário-animador” deve incorporar na sua estrutura interna a relação fundamentalmente dialética entre realidade cultural e “saber bibliotecário”. O autor também afirma que a “animação” não deve ser uma disciplina no currículo atual de biblioteconomia, uma vez que a animação não é um “algo a mais” na profissão, mas sim sua modificação profunda.

A dimensão da animação nos currículos, segundo Flusser (1982), deve ser articulada em torno de três eixos complementares: formação técnica, formação humanística e formação prática. Segue abaixo suas características:

- Formação técnica: nesta formação, o trabalho deve ser orientado para que haja uma qualificação específica gradualmente avançada e para que haja também uma adequação dessas informações às diferentes realidades onde existem bibliotecas ou deveriam existir;
- Formação humanística: nesta formação, o estudante deve adquirir o instrumento para analisar as diferentes variáveis, como: análise social, econômica e cultural do público, o qual a biblioteca atende; análise das diversas funções da cultural, da literatura, da leitura, da biblioteca e do bibliotecário. Esta formação incluirá também estudos de psicologia geral, administração de equipamentos culturais, e técnicas de pesquisa e de dinâmica de grupo;
- Formação prática: nesta formação, o estudante deve se confrontar com as realidades socioculturais, para assim aplicar e também transformar os conhecimentos até então acumulados durante sua formação. A formação prática é dividida em três fases, são elas: observação (conhecer e observar diferentes bibliotecas e analisar o funcionamento interno destas); participação (colaboração nos projetos de animação em bibliotecas e centros culturais); e realização (etapa de criação, invenção contínua de novos moldes de biblioteca; é a procura, através do diálogo com diferentes públicos, por uma verdadeira ação cultural bibliotecária). É nesta formação que o estudante dará sentido as suas duas outras formações, a técnica e a humanística.

Percebe-se que essas formações, necessárias para instrução do “bibliotecário-animador”, têm uma tendência em preparar o bibliotecário para diferentes realidades onde esse possa vir a trabalhar. É evidente também a importância em formar bibliotecários que possam estar preparados para lidar, e melhor, atender seu usuário. A formação prática, a qual desenvolve a

formação técnica e humanística, chama atenção em sua fase de “realização”, pois está é uma busca, na prática, por uma ação cultural bibliotecária.

A seguir foi desenvolvida a abordagem da autora Vieira (1983) quanto à formação do bibliotecário. Mas só foram desenvolvidas as abordagens que interessam a este trabalho, ou seja, o conteúdo que estiver relacionando (direta ou indiretamente) o “lazer” com a formação do bibliotecário.

Vieira (1983), a fim de contribuir para a discussão do currículo da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e talvez vir a estimular uma discussão sobre a formação de bibliotecários inovadores para um mundo em constante transformação, desenvolveu o artigo “Caminhos transdisciplinares para a formação de bibliotecários”. Neste artigo, a autora afirma que o ensino tradicional de biblioteconomia enfatiza a biblioteca, o processo e o documento, o que desloca seu verdadeiro objeto de estudo e trabalho: a informação.

Partindo desta ideia a base conceitual do modelo curricular proposto pela autora “[...] busca identificar um núcleo de conhecimento biblioteconômico substantivo, fundamentado e interdisciplinar [...]” (VIEIRA, 1983, p. 252), o qual, segundo a autora, é baseado nos seguintes conceitos: informação, biblioteca e bibliotecário. Segue abaixo a descrição destes conceitos sobre o ponto de vista de Vieira (1983) e comentários intercalando-os:

A informação que é dita como objeto primário da Biblioteconomia,

é conhecimento comunicado com fins de educação [...] e produção [...]. Destacam-se aí os elementos: conteúdo a ser comunicado, o processo de interação entre indivíduos (transmissor e receptor) e a transformação, assimilando crítica ou reelaboração da informação pelo indivíduo ou pelo grupo social. (VEIRA, 1983, p. 251).

Percebe-se que entre o “conteúdo a ser comunicado” e a “transformação” dessa informação por parte do indivíduo ou grupo, está “o processo de interação entre indivíduos”.

Dado que a interação social são “ações e relações entre membros de um grupo ou entre grupos de uma sociedade.” (MICHAELIS, 1998, p. 1166), acredita-se que para esta acontecer é preciso um diálogo. Logo, é válido que se proporcione espaços para esta interação social, para que o diálogo possa favorecer uma assimilação crítica ou uma reelaboração da informação, por parte do usuário.

Sendo assim, a forma como se aprende e entende o que é “informação”, seja na formação acadêmica ou em outro momento, pode interferir na metodologia do bibliotecário em como administrar os espaços da biblioteca. A interação social também é significativa para este trabalho, porque acredita-se que ela é um elemento relevante para que possa ocorrer o entretenimento entre duas ou mais pessoas.

A biblioteca, segundo Vieira (1983, p. 252), “[...] deveria ser considerada uma agência de transformação social, formada pela integração de três dimensões conceituais e vivencias:”

- Espaço de representação: constituído pelo registro da informação e relacionado com os serviços de mediação do bibliotecário;
- Espaço de apresentação: “[...] ambiência crítica para a reflexão e intercâmbio ao vivo de informação ou grupos, tornando dinâmicos os registros do conhecimento e a memória cultural;” (VEIRA, 1983, p. 252). Neste ambiente “[...] a biblioteca seria espaço para diálogo e nela o público, por iniciativa e interesse próprios, aconteceria através de atividades diversas [...]” (VEIRA, 1983, p. 252). Essas atividades são caracterizadas como: culturais (debates, encontros, cursos, artesanato, desafios, folclore e cordel), artísticas (teatro, exposições, apresentações musicais, concertos), científicas (divulgações sobre tecnologia, cursos, debates, exposições) e políticas (leitura crítica, debates, encontros);
- Espaço de criação: “[...] considerando nele o usuário como agente de recriação da realidade (ato essencialmente crítico e imaginativo) e, portanto, potencial gerador de informação especializada, estética e cultural.” (VIEIRA, 1983, p. 252). É o espaço onde a biblioteca oferece um “[...] ambiente motivador e crítico em geral. Como apoio a necessidades específicas, proveria seus usuários de gabinetes para trabalho intelectual e ateliê livre de arte.” (VIEIRA, 1983, p. 253-254).

Visto que os conceitos de ação cultural desencadearam as seguintes linhas de pensamento: disponibilização, mediação e acesso; uso; criação e produção; diálogo, interação e participação; apresentadas anteriormente (ver p. 24), pode-se observar que os espaços de representação, apresentação e de criação são ambientes que favorecem a ação cultural. Pois nestes espaços é possível a disponibilização, mediação e acesso ao acervo da biblioteca, logo é possível o uso deste acervo, e também há um meio favorável para o diálogo, interação e participação do usuário na biblioteca, e para a criação e produção de obras.

O espaço de apresentação também é um ambiente favorável para a animação cultural (visto que neste espaço é possível a realização de atividades), tanto no seu sentido de “lazer e relações de convivialidade”, como no sentido de “incentivo ao uso de serviços e produtos” – linhas de pensamento apresentadas anteriormente baseadas em conceitos de animação cultural (ver p. 26). Este espaço de apresentação pode vir a divulgar e promover os dois outros espaços de representação e criação.

Vieira (1983) afirma que na prática profissional, esses três espaços indicariam linhas de trabalho a serem desenvolvidas com os usuários. Mas observa-se que não é somente “com o usuário”, mas também em prol dos usuários que esses espaços são criados e desenvolvidos.

Outra mudança profunda e igualmente necessária no conceito de biblioteca seria entendê-la além de suas fronteiras físicas e de suas limitações instrumentais, isto é, compreender que qualquer canal é válido para o profissional fazer chegar a informação àquele que a busca ou que ela necessita, pois muitos são os palcos a atuação bibliotecária. Isso equivale a dizer: por que não utilizarmos o rádio, a TV, o jornal, a feira livre, o ponto do cafezinho [...]? (VEIRA, 1983, p. 254).

Observa-se que esses são meios de comunicação e locais incomuns para as bibliotecas, mas todos fazem menção a formas de distração do ser humano.

Por agora, segue o último conceito apresentado por Vieira (1983), o conceito de bibliotecário.

O profissional da informação deveria ser visto como um agente social com função de catalisador e difusor do conhecimento social produzido, tendo como objetivos maiores a realização do potencial dos indivíduos e a melhoria da qualidade de vida para a sociedade como um todo. Para atingir esses objetivos, dentro da perspectiva tridimensional da biblioteca, o profissional da informação deveria ser essencialmente um animador cultural, isto é, um animador bibliotecário. (VIEIRA, 1983, p. 254-255).

Observa-se que, na visão de Vieira (1983), para o bibliotecário atingir os objetivos, por ela apresentados acima, este profissional deve ser essencialmente um animador cultural. Este conceito pode ser justificável através do que foi conceituado “biblioteca” e os seus “espaços” (espaços de representação, apresentação e criação).

Quanto às “linhas para um modelo de currículo pleno”, Vieira (1983, p. 255) afirma que este modelo deveria abranger as seguintes áreas: “atitudes desejáveis do bibliotecário”; “conhecimento teórico necessário ao profissional”; e “geração da prática profissional”. Mas a única área de interesse para este trabalho foi a área de “conhecimento teórico”, visto que a autora

destaca que nesta área há interfaces que poderiam ser resultantes da subárea psico-social, como por exemplo:

a ação cultural através dos sistemas de informação, isto é, aspectos da sociologia da cultura, vista essa da perspectiva da intervenção política do bibliotecário na transformação da sociedade, trabalhando com os usuários na geração e intercâmbio de informações, visando o exercício pleno da cidadania. (VIEIRA, 1983, p. 258).

Percebe-se que a “intervenção política do bibliotecário na transformação da sociedade” é uma ideia que combina com a definição de ação cultural de Flusser (1983, p. 155), visto que “[...] a ação cultural é a injeção de um pensamento político em uma atividade profissional [...]”.

Após estas leituras entende-se que a formação técnica e humanística, de Flusser (1982) pode vir a se sustentar na base conceitual do modelo curricular de Vieira (1983), ou seja, em seus conceitos de informação, biblioteca e bibliotecário. Já a formação prática, de Flusser (1982), seria fundamental para se desenvolverem, na prática, os espaços de representação, de apresentação e de criação, conceituados por Vieira (1983).

Desta forma, a soma desses “moldes curriculares”, de Flusser (1982) e Vieira (1983), presentes no curso de graduação em biblioteconomia, poderiam, juntos, contribuir para o desenvolvimento de uma base teórica e prática de ação cultural, podendo esta ação promover simultaneamente o entretenimento no espaço da biblioteca.

### 3.2.2 Atuação Profissional

Dado que já foi visto os argumentos de Flusser (1982) quanto à formação de um “bibliotecário-animador”, analisa-se a seguir sua visão quanto à atuação profissional deste bibliotecário:

Somente se o bibliotecário colocar o seu conhecimento (logos) à disposição de uma comunidade (polis), é que podemos falar de um bibliotecário-animador. E colocar à disposição não é <<dádiva>>, mas trabalho de contínua síntese entre teoria social, conhecimento técnico de biblioteconomia, e uma prática profissional, dialógica. (FLUSSER, 1982, p. 231).

Observa-se que na visão de Flusser (1982), para vir a ser um “bibliotecário-animador”, este tem que trabalhar em prol do usuário, ou seja, beneficiar a comunidade, para a qual trabalha, com seu conhecimento até então acumulado. Isso só é possível através de uma contínua síntese

entre teoria social, conhecimento técnico biblioteconômico e, por fim o item mais atrativo, a prática profissional dialógica.

Assim como Flusser (1982), Cabral (1989, p. 3) também chama atenção para o diálogo, já que “Na ação cultural, os agentes culturais devem desenvolver um trabalho diretamente e em conjunto com os grupos, numa relação dialógica – penetrar no universo do saber popular e dialogar com ele, trocando experiências.”.

Acredita-se que o diálogo deve ser, principalmente, entre profissionais e funcionários que trabalham na biblioteca, assim como o diálogo entre bibliotecário e usuário. Este último diálogo é fundamental para a biblioteca desenvolver serviços e produtos que sejam de interesse do público-alvo, e isto influencia na resposta da seguinte indagação: quais os serviços e produtos referentes ao “lazer” um específico público-alvo deseja?

Embora, elaborar um espaço na biblioteca e determinar que esse ambiente seja um local para interação social e entretenimento entre duas ou mais pessoas, talvez não seja o suficiente. Pois,

A proximidade física nem sempre leva à comunicação entre as pessoas. As multidões silenciosas mostram esse fato. É preciso que haja estímulo externo que, chegando às pessoas, lhes possibilite olhar e dialogar com o outro. Se a biblioteca é de fato um **espaço informativo**, isso já pode funcionar como um estímulo externo à comunicação interpessoal. (MILANESI, 1986, p. 224, grifo nosso).

Acredita-se que os serviços (como: atividades e eventos abertos para os usuários) somados aos produtos (o acervo) compõe essa tal nomeação de “espaço informativo”, a qual Milanesi (1986) se refere acima, logo esses componentes podem estimular a interação social e o entretenimento entre os usuários.

O papel do bibliotecário neste processo é fundamental, a começar pela formação e desenvolvimento de coleções (acervo ou produto), até a realização de fato desses serviços (como: atividades e eventos). Cabe ao bibliotecário intervir neste espaço proporcionado para o “lazer”, contribuindo para um ambiente de diálogo e entretenimento entre “usuário-usuário”, e assim este ambiente não será apenas um espaço de “lazer” “solitário”, mas também um espaço de “lazer” em “grupos”. Percebe-se que essa linha de pensamento defende a ideia que o bibliotecário possa estimular, através do espaço, dos produtos, dos serviços e de seu trabalho, novos diálogos e novos laços interpessoais entre os usuários.

A forma como se divulga esses serviços e produtos, como se elabora e promove essas atividades e eventos, ou seja, o modo como se faz a animação cultural, é determinantemente influenciável para se conseguir a utilização deste “espaço informativo”. Pois sem a ocupação por parte do usuário (no caso de bibliotecas físicas), é inviável pensar que a biblioteca o está servindo de alguma forma, muito menos como forma de “lazer”.

Segundo Gonçalves (2011), as ações das atividades de ativação cultural, no contexto da biblioteca, “[...] visam oferecer oportunidades diversas e atender aos múltiplos interesses e anseios da população, no que concerne à informação, cultura, educação não-formal e lazer.” (GONÇALVES, 2011, p. 14). Desta forma, cabe ao bibliotecário dedicar-se para atender esses interesses e anseios da população, os quais inclui “lazer”.

Como já visto, em 2.1, a nomeação de “agentes culturais” (COELHO, 1997) e “agentes de ação” (GONÇALVES, 2011), faz referência ao sujeito que trabalha com a ação cultural. Segue abaixo a definição de Coelho (1997), a qual afirma que o agente cultural é

Aquele que [...] envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua, mais frequentemente embora não exclusivamente, na área da difusão, portanto mais junto ao público do que do produtor cultural. Organiza exposições, mostras e palestras, prepara catálogos e folhetos, realiza pesquisas de tendências, estimula indivíduos e grupos para a auto-expressão, faz enfim a ponte entre a produção cultural e seus possíveis públicos. (COELHO, 1997, p. 41).

Essa definição de agente cultural de Coelho (1997) nos faz reconhecer o bibliotecário nestas atividades. Observam-se as funções dadas ao “agente cultural” as quais se assemelham ao fazer biblioteconômico: criar condições para que o usuário crie e invente seus próprios fins culturais; disseminar a informação; organizar exposições, mostras, palestras (há atividades que requerem o apoio de outros profissionais, como o museólogo, no caso das exposições e mostras); preparar catálogos e folhetos; realizar pesquisas de tendência (por exemplo: pesquisa sobre o que o público-alvo necessita e deseja ter na biblioteca); estimular os usuários para a auto-expressão; e desenvolver a “ponte” entre acervo e público.

Alerta-se que a palavra “ponte” não é a ideal para caracterizarmos a mediação que o bibliotecário faz entre produção e o possível usuário. Como já foi conceituado “mediação da informação” (ver p. 24), lembra-se apenas que “No conceito de mediação da informação, destaca-se a afirmação de que é ela uma interferência.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Desta forma “A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a ideia de algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto, sendo estes predeterminados e fixos, e sem interferir no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

A noção de mediação de informação é essencial para o bibliotecário que pretende desenvolver em sua biblioteca um espaço para o “lazer”, pois este precisa assumir a responsabilidade que sua mediação é uma interferência, logo este pode influenciar tanto positivamente quanto ao desenvolvimento deste espaço, quanto negativamente para o mesmo.

Segundo Coelho (1989, p. 65), o agente cultural tem que “[...] reconhecer que na ação cultural seu objetivo não é criar diretamente, mas apenas criar as condições para que os outros o façam.”. Pode-se aproveitar esta afirmação para dizer que o bibliotecário não vai, necessariamente, criar um espaço para o “lazer”, este já pode existir mesmo sem sua conscientização; a ideia é que o bibliotecário crie condições favoráveis para que este espaço seja caracterizado como espaço de “lazer” pelos usuários, ou seja, se o usuário faz de uma biblioteca fonte de entretenimento, esta já é um espaço de “lazer”. Mas cabe ao bibliotecário aprimorar e desenvolver este espaço para que possa melhor atender seu público-alvo, conforme seus novos desejos de entretenimento.

Acrescenta-se que “para atuar como ‘agente cultural’, o bibliotecário deve desenvolver um razoável nível de integração com os grupos populares ou poderá ser rejeitado e por tudo a perder, pois a confiança e aceitação recíprocas são indispensáveis para o sucesso do trabalho.” (CABRAL, 1989, p. 3). Isto deve ser desenvolvido no dia-a-dia do bibliotecário, mesmo que este não se enxergue como “agente cultural”, pois sua relação com os usuários é fundamental para desenvolver um ambiente agradável, e ainda auxilia positivamente na reputação/imagem da biblioteca.

Cabral (1989) ainda afirma que

[...] o bibliotecário, ao se engajar num trabalho de ação cultural deve adquirir, se possível, alguma experiência e habilidade na convivência com grupos comunitários e adotar uma postura flexível e democrática, sem impor ideias ou opiniões, mas contribuindo às discussões conduzidas pelas camadas populares. [...] A ação cultural requer, ainda, bibliotecários com mentalidade inovadora e criativa, abertos a reformulações e/ou adaptações de antigas práticas, e dispostos a constantemente buscar e testar metodologias alternativas que possam adequar-se às peculiaridades e especificidades de cada contexto, de modo a alcançar os objetivos propostos. (CABRAL, 1989, p. 3-4).

A partir destas leituras, pode-se dizer que a atuação profissional do bibliotecário ultrapassa bases teóricas e técnicas aprendidas na graduação, é preciso atualizar-se quanto a estas, assim como é preciso conhecer o usuário, o qual se atende, conhecer o seu contexto, relacionar-se com este, conhecer suas necessidades e desejos, e fazer da biblioteca um espaço em prol dos usuários, e “construído” junto com os usuários. Assim, o caminho torna-se favorável para que o usuário possa exercer o “seu lazer” na biblioteca, e somado a isso a animação cultural e ação cultural podem contribuir para esta realização.

### 3.3 A biblioteca e o “lazer”

Flusser (1982, p. 230), ao caracterizar a biblioteca, afirma que “Sua função social não seria mais a de ser museu ou supermercado de livros, mas um espaço de diálogo. Diálogo entre os seus usuários e entre leitores e livros.” Assim, pode-se afirmar que a biblioteca como um “espaço de diálogo” pode quebrar o paradigma de “biblioteca estática”.

As palavras “museu” e “supermercado de livros” são bem colocadas, a partir do momento que depara-se com uma biblioteca sem “espaço de diálogo”. Pois nelas pode-se observar que somente oferecem aos seus usuários o seu acervo e a possibilidade de se realizar empréstimos. Neste contexto, surgem as questões: no desenvolver desse processo, o usuário é apenas um utilizador do acervo? Este vai à biblioteca, usa o que deseja e nada, além disso, ocorre? Não há diálogos para serem feitos? Não há serviços que ultrapassem o simples empréstimo ou o deslumbrar das estantes repletas de livros?

Há serviços que podem ultrapassar essas questões, como o diálogo, que Flusser (1982, p. 230) cita acima, o “Diálogo entre seus usuários e entre leitores e livros.” Esta poderia ser a nossa “receita”, para desenvolver o tal “espaço de diálogo” que é proposto, e que pode vir a ser o principal elemento para se desenvolver o entretenimento entres os usuários no espaço da biblioteca.

Sendo assim, este espaço não precisaria se limitar ao simples empréstimo e o deslumbrar das estantes, este espaço pode oferecer outros serviços e produtos que promovam o entretenimento nas bibliotecas, através da interação social (resultante do diálogo “usuário-usuário”). Não necessariamente o livro, como produto, estaria por fora desse diálogo, ao

contrário, este produto pode auxiliar no entretenimento. Aliás, como já foi dito por Flusser (1982, p. 230), esse diálogo pode ser feito “[...] entre os usuários e entre os leitores e os livros.”

Há serviços que podem promover o diálogo “biblioteca-usuário” e “usuário-usuário”. Pode-se citar as exposições, concursos, cursos, palestras, exibição de filmes, jogos, feiras, oficinas, treinamentos, entre outras atividades.

Porém há bibliotecas que não tem como objetivo promover espaços para diálogos por não serem os seus principais focos de abordagem, ou devido à falta de infraestrutura da biblioteca para oferecer serviços em prol da interação social. Em ambos os casos, há bibliotecas que optam em solicitar a preservação do silêncio em seu ambiente, o que pode vir a ser um obstáculo para o desenvolvimento desses espaços para novos diálogos.

Vale lembrar que para analisar se uma específica biblioteca adere à ideia de entretenimento no seu espaço físico, seria necessário um estudo não só sobre suas publicações diárias (publicações na internet e na própria biblioteca), como de suas políticas, seus documentos oficiais, e pesquisa de campo, ou seja, presenciar o dia-a-dia dessas bibliotecas.

Dentre as definições de “biblioteca” do “Dicionário de biblioteconomia e arquivologia”, destaca-se a seguinte: “Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e **recreação** de seus usuários.” (INCB, 1977, p. vii *apud* CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48, grifo nosso).

Como já visto em 2.1, o termo recreação no Brasil tem tendência a ser relacionado com recreação escolar, e por esta razão prefere-se o termo lazer (CAMARGO, 1986). Assim como faz o “Dicionário do Livro”, em uma de suas definições de “biblioteca”, este afirma que a biblioteca é o “organismo ou parte de uma organização cujo objetivo principal é organizar coleções, atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessidades dos usuários nos aspectos de informação, educação ou **lazer**” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 54, grifo nosso).

Percebe-se, nestes dois dicionários, que a ideia de “oferecer” “lazer” por parte da biblioteca é relacionada somente ao seu acervo, ou seja, as necessidades de “lazer” só são supridas através de itens informacionais. Não é atribuída a biblioteca um espaço com mais dinamismo, podendo este espaço suprir necessidades não referentes ao uso do acervo. Mas o fato de a “recreação” e o “lazer” fazerem parte de uma definição de “biblioteca”, já é um fato

significativo para este trabalho. Pois a ideia de “oferecer” “lazer” através do acervo é também uma ideia promissora para as bibliotecas, de forma geral.

“[...] ela [a biblioteca] é o espaço informativo da população (para o **seu uso** e dentro do âmbito dos **seus interesses**).” (MILANESI, 1986, p. 186, grifo nosso). Desta forma, “uso” e o “interesse” têm que partir do público-alvo, não basta determinarmos os objetivos de uma biblioteca, se estes não são de acordo com os interesses do público-alvo e se a biblioteca não é utilizada pelo mesmo.

Logo, se uma específica biblioteca estabelece, dentre seus objetivos o “lazer”, apenas estabelecer, tornar oficial, não é o suficiente, é preciso a prática. Embora possa ocorrer de o “lazer” não ter sido estabelecido como objetivo, mas na prática ser desenvolvido, com ou sem conscientização do bibliotecário.

Como já dito, o “lazer” é uma prática de “liberdade”, logo, em geral, o usuário não vai pedir permissão para tal, se este o quiser fazer. Mas ressalta-se que assim como há políticas que determinam limites quanto ao uso do acervo, cabe à biblioteca impor limites sobre as práticas de “lazer”, para que não prejudiquem outras atividades da biblioteca.

Reconhece-se que

[...] existem vários segmentos da população que, mesmo não utilizando a biblioteca, não deixam de ser um público em potencial. Exemplos: o operário que trabalha o dia todo e pode encontrar na biblioteca uma alternativa de **lazer** e informação à noite ou nos fins de semana; [...] crianças que, excluindo as pesquisas escolares, teriam muitas atividades a desenvolver no campo do **lazer** e da busca de expressão. (MILANESI, 1986, p. 11, grifo nosso).

Sendo assim, quando se trata de “oferecimento” de “lazer” por parte da biblioteca, este usuário tanto pode ser adulto, quanto criança. Recordando que o “lazer” é um direito social, e direito social não é somente para “aqueles de uma determinada idade”, é para toda a sociedade brasileira.

Acrescenta-se ainda que “uma biblioteca é um local de descobertas no qual se pode buscar e encontrar respostas, pesquisar para trabalhos ou **simplesmente passar o tempo livre num ambiente acolhedor e descontraído.**” (GONÇALVES, 2011, p. 62, grifo nosso). Isto é relevante para esclarecer que o “lazer”, não precisa ser de fato uma “diversão”, basta ser uma prática de “bem-estar” e de “liberdade” (linhas de pensamento quanto ao “lazer”, ver p. 30).

Embora, “[...] podemos dizer que não há, concretamente, biblioteca no singular e sim bibliotecas, na pluralidade que se impõe em nossos dias. A biblioteca pública é tão diferente da

biblioteca nacional quanto da biblioteca escolar da biblioteca especializada.” (FONSECA, 2007, p. 49). Desta forma, foi realizado um recorte sobre os tipos de bibliotecas que seriam pesquisadas e foi decidido que seriam estudadas as bibliotecas públicas e escolares, através da literatura biblioteconômico-informacional, visto que foi observado que o “lazer” é mais presente nas literaturas que tratam sobre bibliotecas públicas e escolares.

### 3.3.1 Biblioteca Pública

Considera-se biblioteca pública a seguinte definição:

Uma biblioteca pública é uma organização criada, mantida e financiada pela comunidade, quer através da administração local, regional ou central, quer através de outra forma de organização comunitária. Disponibilidade acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e a obras criativas, através de um leque alargado de recursos e serviços, estando disponível a todos os membros da comunidade independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência, condição econômica e laboral e nível de escolaridade. (IFLA, 2013, p. 13).

Segundo Gonçalves (2011, p. 24) o papel da biblioteca pública foi alterado com o tempo “[...] passando de uma instituição voltada à educação do cidadão, do alargamento da sua cultura e **do seu lazer**, para algumas novas funções, ligadas à necessidade de informação para atividades cotidianas de caráter comunitário.” (GONÇALVES, 2011, p. 24, grifo nosso). A pretensão aqui é resgatar esse “lazer” “esquecido” proporcionado pela biblioteca pública. Visto que, segundo a IFLA (2004), a biblioteca pública é um agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual dos seres humanos. Logo, frisa-se que o “lazer” em bibliotecas pode ser favorável para este “bem-estar” que a IFLA (2004) se refere.

Acredita-se que “Uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público e de convivência, um espaço onde as pessoas se encontram para conversar e trocar ideias, instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer.” (GONÇALVES, 2011, p. 62). Em base no que foi dito pela autora, é fundamental pensar que um ambiente que fortalece a restrição de diálogos e convivências, entre os usuários, vai influenciar negativamente no processo de participação, por parte destes, em “atividades culturais e de lazer”.

Quando Gonçalves (2011) utiliza a expressão “atividades culturais e de lazer”, no contexto da biblioteca pública, percebe-se uma separação. Não é possível que as atividades

culturais proporcionem “lazer”? Não se está afirmando que o “lazer” não possa ser pensado isoladamente, mas é válido aceitarmos que as atividades, os eventos, a leitura silenciosa, o acervo, todos esses elementos podem proporcionar o “bem-estar” no sujeito, assim como o simples conversar com o outro, inclusive com o bibliotecário.

Considera-se que

O principal objetivo da biblioteca pública é fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de **recreação e lazer**. Desempenha um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, ao dar aos indivíduos acesso a um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões. (IFLA, 2013, p. 13, grifo nosso).

Dito isto, pode-se observar que dentre as características do principal objetivo da biblioteca pública encontra-se o fornecimento de recursos e serviços em diversos suportes, relacionados às necessidades individuais ou coletivas no domínio da recreação e “lazer”.

A IFLA (2013) sintetiza que “A biblioteca pública deve assegurar igualdade de acesso a um leque de recursos que vá ao encontro das necessidades dos seus utentes, no âmbito da educação, da informação, do lazer e do desenvolvimento pessoal.”

Tem-se ainda o autor Totterdell (1978) *apud* Fonseca (2007, p. 55), que adere à mesma linha de pensamento quanto aos objetivos da biblioteca pública, apresentados pela IFLA (2013), ao afirmar que esses objetivos correspondem à educação, informação, cultura e lazer. Este apenas inclui a “cultura”.

Quanto às funções da biblioteca pública, o autor Almeida Júnior (2013, p. 69-70) afirma que “Faz-se necessário, neste momento, destacar a existência de quatro grandes funções da biblioteca pública, acumuladas desde seu surgimento, em 1850, e presentes até hoje: função educacional, função cultural, função de lazer ou recreacional e função informacional [...]”. Percebe-se que as funções da biblioteca pública apresentadas por Almeida Júnior (2013), são compatíveis com os objetivos, da mesma, apresentados por Totterdell (1978) *apud* Fonseca (2007, p. 55).

Sobre a função “lazer”, Almeida Júnior (2013) complementa que “A função recreacional ou de lazer entende a biblioteca pública como um espaço que deve oferecer entretenimento através da leitura, promovendo-a e intensificando o empréstimo de livros.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 72). Como já dito, entende-se que o entretenimento é o “auge” do “lazer”, e quando já

foram conquistados o “bem-estar” e a “liberdade” (linhas de pensamento quanto ao “lazer”, ver p. 30).

Assim como foi argumentado anteriormente, as definições de “biblioteca”, por Cunha e Cavalcanti (2008); Faria e Pericão (2008), por estas relacionarem o lazer somente com os itens informacionais da biblioteca, o mesmo ocorre com a descrição da função lazer, por parte do autor Almeida Júnior (2013).

Quanto a esta limitação do “lazer” proporcionado somente através dos livros, no contexto da biblioteca pública, Almeida Júnior (2013) argumenta que

A biblioteca pública tradicional pode ser definida, acompanhando os textos da área, como aquela que enfatiza as funções educacional, de lazer e cultural, mas restringindo à função educacional quase que exclusivamente à educação formal, a função cultural direcionada para trabalhos vinculados à absorção de conhecimentos, visando à erudição e, por sua vez, a função de lazer simplesmente limitada ao empréstimo de livros. Além disso, o modelo tradicional prioriza o livro, enquanto suporte; elege o alfabetizado como seu único usuário e impede que a biblioteca saia de si mesma e interaja com a sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 248).

Sendo assim, quando se pensa em proporcionar espaço(s) de “lazer” na biblioteca, pensa-se também em quebrar estas “barreiras” que Almeida Júnior (2013) apresentou acima. Uma biblioteca pública que assume a função de “lazer” precisa estar preparada para atender um usuário com necessidades diversas, não só o livro como única necessidade e única fonte de “lazer”.

Visto que “[...] cumpre à biblioteca pública aprimorar-se e fornecer os recursos necessários para atender à demanda informacional e necessidades de seus usuários, valendo-se dos benefícios advindos das diferentes mídias e de múltiplas linguagens.” (GONÇALVES, 2011, p. 18). É preciso saber quais as mídias os usuários desejam, bem como o que os usuários precisam e desejam para poder praticar o “lazer” na biblioteca. Lembrando que assim como os serviços e produtos podem ser em prol do “lazer”, o “lazer” pode estimular o uso dos serviços e produtos da biblioteca. É uma abordagem que pode funcionar em dois caminhos.

No ponto de vista de Milanesi (1985)

Em relação ao lazer, a situação da biblioteca pública sofreu a interferência de outros elementos que, surgidos como avanços tecnológicos, afetaram as formas antigas de passar o tempo. O rádio e a televisão foram vistos como prováveis concorrentes do livro. Se hoje um romance apropriado ao lazer não pode fazer concorrência a uma emocionante novela da TV, **resta a busca de novas alternativas**. A biblioteca, além do próprio uso de disco e vídeo, pode abrir

espaços para atividades que funcionem como um contrapeso à programação de TV, permitindo, inclusive, analisá-la criticamente. (MILANESI, 1985, p. 92, grifo nosso).

O autor ainda complementa que “A biblioteca pública, passando a atender os estudantes em estado de pesquisa, deixou de lado esse papel básico: prestação de serviços à coletividade no âmbito do interesse geral.” (MILANESI, 1985, p. 92).

Não pretende-se argumentar, neste trabalho, quais as melhores formas de se entreter o usuário, se é pelo livro, a televisão, o rádio etc. Mas apenas se reconhece que se uma biblioteca pública, ou qualquer outra categoria de biblioteca, quiser promover o “lazer”, é preciso que os serviços e produtos estejam de acordo com as necessidades e desejos destes usuários. Um estudo de usuários e comunidades seria essencial para se obter as respostas e fazer uma “busca de novas alternativas”, para vir a atender melhor seus usuários. Podendo assim, a biblioteca pública vir a “concorrer” significativamente com outros espaços que proporcionam entretenimento.

Afinal, “A biblioteca pública é o lugar dos diálogos. Diálogo entre pessoa e pessoa, entre o mediador da informação e o usuário e entre a coletividade e os serviços.” (GONÇALVES, 2011, p. 140). Logo, não há porque em não dialogar com o usuário e conhecer seus anseios, assim como não há porque em não proporcionar um ambiente onde se possa haver o diálogo entre usuários.

Quando a biblioteca pública investe em ação cultural, as chances (dependendo do contexto e da metodologia desta ação) de se promover o “lazer” podem ser maiores. Visto que a ação cultural na visão de Gonçalves (2011) visa basicamente: consumo e produção de informação, diálogo e participação ativa do público.

Sendo assim, principalmente, o diálogo e a participação do público são elementos favoráveis para o “lazer” na biblioteca. Já que o usuário está presente na biblioteca, dialogando e participando da ação cultural, logo é um ambiente onde, possivelmente, encontraria-se a interação social entre esses indivíduos, o que pode estimular uma relação “mais próxima” entre os usuários, e o entretenimento entre estes na biblioteca.

Porém Gonçalves (2011) alerta que

A biblioteca pública, instituída como local de preservação e guarda de acervo, não costuma dar muito espaço para se praticar e desenvolver a ação cultural. [...] A programação cultural da biblioteca costuma ser vista como acessória, e não uma ação que se origina de dentro de um processo mais abrangente de

aproximação e autonomia das necessidades e decisões dos usuários. (GONÇALVES, 2011, p. 38).

A ideia de que a ação cultural seja vista como uma “acessória” e não como uma ação que se origina de um processo “mais abrangente de aproximação e autonomia das necessidades e decisões dos usuários”, pode ser a mesma ideia quanto ao “lazer” na biblioteca.

O “lazer” quando não definido e reconhecido pela biblioteca pública como um de seus objetivos, mas sim como um “acréscimo” para divertir o usuário, em momentos “aleatórios”, com ações pouco elaboradas e feitas “às pressas”, pode ocasionar em pouca demanda por parte dos usuários. Pois estes não conhecem ou pouco sabem sobre o “lazer” na biblioteca, o que pode influenciar em uma negativa credibilidade deste serviço ofertado, além do serviço poder apresentar “má” qualidade. Porém, não se julga que o “lazer” visto e praticado como “acessória” não possa dar “bons” resultados.

Fonseca (2007) defende que “[...] as bibliotecas públicas brasileiras são antes bolorentas repartições estaduais ou municipais do que, como na América do Norte e na Europa, órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer.” (FONSECA, 2007, p. 56). Logo, a elaboração de programas sistemáticos de “lazer”, pode contribuir para evitarem-se tais problemas citados anteriormente.

Enfim, pode-se responder o que foi indagado, em 2.3: dentre os objetivos da biblioteca, o “lazer” é visto como um? Após as leituras feitas até então, pode-se responder que há uma tendência em considerar o “lazer” um dos objetivos da biblioteca pública, em base no referencial teórico desta subseção.

### 3.3.2 Biblioteca Escolar

Considera-se biblioteca escolar a seguinte definição: é a biblioteca que

[...] localiza-se em escolas e é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades; (PIMENTAL, 2007, p. 23).

“A biblioteca escolar pode ser considerada um local de leitura e de entretenimento, onde os estudantes frequentem a biblioteca escolar porque desejam e não porque são compelidos de trabalhos e pesquisas escolares.” (PITZ; SOUZA; BOSO, 2011, p. 406). Esta ideia nos remete às linhas de pensamento quanto ao “lazer”, explicadas em 2.1, ou seja, o “bem-estar” e a “liberdade”. Aqui, a biblioteca escolar, em base na citação acima, é vista não como um local para cumprir obrigações, mas sim como um local que o sujeito frequenta porque isso lhe causa alguma satisfação.

A biblioteca escolar carrega em si uma responsabilidade diferente das demais. Pois esta biblioteca será, provavelmente, o primeiro contato entre “biblioteca-usuário”. Logo, a forma que o público é atendido, como este é convidado a participar da biblioteca, assim como a qualidade da estrutura da biblioteca e de seu acervo, serão elementos fundamentais para formação de um conceito de “biblioteca” na visão dos mais novos possíveis usuários.

Visto que a biblioteca escolar é um cenário ideal para despertar a leitura; o ingresso na vida literária pode ser fascinante e sedutor para a criança, tornando-se esta uma frequentadora de biblioteca, ou pode vir a ser um “pesado fardo” que a criança carregará para cumprir obrigações da escola (PITZ; SOUZA; BOSO, 2011, p. 423).

Não que a biblioteca escolar não deva ser útil para as obrigações escolares, afinal esta deve ser sua primeira função. Mas sendo esta um local que pode vir a ser diversificado, ou seja, um local voltado para o entretenimento, quanto para os estudos, carregar a imagem de um local onde só é possível cumprir obrigações é um “desperdício”. Esta atitude pode afastar os usuários, ou futuros usuários, e também influenciar negativamente para a imagem da biblioteca.

Dentre os objetivos da biblioteca escolar, segundo a IFLA (200-?), os quais em sua completude podem ser consultados em seu manifesto<sup>8</sup>, chama a atenção o seguinte objetivo: “[...] oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;” (IFLA, 200-?, p. 2). Destaca-se ainda como objetivo da biblioteca escolar: “[...] *estimular nos alunos o hábito de frequência a outras bibliotecas em busca de informação e/ou lazer;*” (AMATO; GARCIA, 1989 *apud* SALGADO; BECKER, 1998, p. 11, grifo do autor).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

Observa-se, nestas citações acima, que estes objetivos são voltados para o uso e produção da informação, voltados para o entretenimento, assim como para estimular, nos alunos o hábito de frequentar bibliotecas seja em busca de informação ou “lazer”.

No caso do público escolar, a criança talvez seja o público mais complexo da biblioteca. Este público procura, basicamente na biblioteca, cumprir uma tarefa pedida pela escola; ou busca por prazer, visto que não há nenhuma obrigação à vista a cumprir. No segundo caso, não há compromisso que a conduza. A criança vai à biblioteca porque sente algum prazer nisso, e este é o investimento mais importante, uma vez que este cidadão futuro molda-se em função dos estímulos que este recebe. (MILANESI, 2002, p. 57).

Como um auxílio para elaborar um espaço favorável ao lazer, a biblioteca escolar pode adquirir os seguintes materiais: romances populares, músicas, *videogames*, DVDs, revistas e cartazes. Esses materiais podem ser selecionados com a colaboração dos alunos para garantir que estes venham a refletir os seus interesses, sua cultura, não ultrapassando os limites razoáveis dos padrões éticos (IFLA, 2005, p. 11).

Observa-se nesta última citação que este tipo de biblioteca é uma biblioteca que trabalha em prol do usuário e com o usuário, para assim apresentar um ambiente que tenha suas características. Este ambiente de certa forma o representa, mesmo quando o assunto é “lazer”.

Dentre as características que uma biblioteca escolar apropriadamente equipada deve apresentar, segundo a IFLA (2005, p. 9), como: segurança e iluminação, chama-nos a atenção a seguinte característica: “[...] ser planejada para [...] ser esteticamente agradável, com orientação e sinalização claras e atrativas, de modo a proporcionar boa ambientação de lazer e aprendizagem para os usuários”.

Percebe-se que “o nível de preocupação” em tornar a biblioteca um espaço estimulante para a aprendizagem e para o “lazer” é o mesmo. Neste contexto, o “lazer” não é um acréscimo à biblioteca, desenvolvido em momentos “aleatórios”, aqui o “lazer” é desenvolvido naturalmente assim como outras funções.

Ao lado do acervo, amplo e estimulante, devem ser implantadas ações que propiciem à criança-leitora refletir sobre aquilo que absorveu e observou. Por isso, “hora do conto”, dramatizações, jogos e todo estímulo à criatividade, passam a ter espaço amplo. A criança não só absorve os conteúdos, mas se manifesta sobre eles, desenvolvendo também a capacidade de compreendê-los, criticá-los e de inventar novos conteúdos. (MILANESI, 2002, p. 59-60).

Observa-se que as atividades citadas, como hora do conto e jogos, são atividades que se associam ao “bem-estar” no indivíduo, percebe-se assim uma relação com o “lazer”. Neste caso o “lazer” está sendo promovido em prol da aprendizagem, ou seja, fazer com que conteúdos sejam compreendidos e criticados, e que se possa também incentivar a criação de novos conteúdos por parte do usuário, através do “lazer”.

Diferente da literatura biblioteconômico-informacional sobre biblioteca pública, a literatura biblioteconômico-informacional sobre biblioteca escolar frisa mais o papel do bibliotecário. Porém, este trabalho não aprofundou neste assunto, visto que já foi desenvolvido em 3.1, na seção “O bibliotecário e o ‘lazer’”.

Na biblioteca escolar:

- O bibliotecário deve criar um ambiente de entretenimento e aprendizagem que seja atrativo, acolhedor e acessível para todos, livre de qualquer medo ou preconceito. Todos aqueles que trabalham na biblioteca da escola devem ter bom relacionamento com crianças, jovens e adultos. (IFLA, 2005, p. 12).
- “O bibliotecário deve fazer com que a biblioteca seja um espaço divertido e agradável para que as crianças tenham mais vontade de frequentá-la.” (PITZ; SOUZA; BOSO, 2011, p. 413).

Observa-se nestas rápidas definições de “bibliotecário escolar” que este profissional deve proporcionar um ambiente para o “lazer”, o qual tem ser atrativo, acolhedor e acessível a todos, e deve haver também uma boa relação entre o bibliotecário e os usuários. Este espaço tem que ser ainda divertido e agradável para que as crianças tenham mais estímulo para frequentá-la.

Deste modo, responde-se o que foi indagado, anteriormente em 2.3: dentre os objetivos da biblioteca, o “lazer” é visto como um? Após as leituras feitas até então, pode-se responder que há uma tendência em considerar o “lazer” um dos objetivos da biblioteca escolar, em base no referencial teórico desta subseção.

## 4 A BIBLIOTECA E SEU ESPAÇO: ABORDAGENS SOBRE O “LAZER”

Neste capítulo, aborda-se sobre a utilidade do espaço da biblioteca. Acredita-se que a forma como o espaço da biblioteca é dividido e interpretado possa interferir nas ações praticadas nestes ambientes. Isto de fato influencia se a biblioteca é um local favorável ou não para práticas de “lazer”. Em seguida, foram descritas possíveis abordagens que levam o “lazer” a ser “conquistado” em bibliotecas.

### 4.1 O espaço físico interno da biblioteca

A presente subseção tem como principal autor o Milanesi (1985, 1986, 2002), por este apresentar significativos argumentos sobre a construção e a utilidade do espaço da biblioteca. Primeiramente, deve-se dizer que é essencial a relação entre o espaço e a função da biblioteca, e que espaço por si só, não produz a função, mas ajuda (MILANESI, 1986, p. 245-230).

O espaço interno da biblioteca é apenas um suporte, necessário e significativo, para que a biblioteca possa praticar suas funções. Este espaço pode sugerir invenções, ou as invenções podem sugerir novos espaços; embora existam limites, mas será dentro destes que haverá a criação de novos ambientes físicos (MILANESI, 1986, p. 250).

Para isto, “É importante que as necessidades específicas de qualquer comunidade sejam o principal fator a determinar o espaço atribuído à biblioteca.” (IFLA, 2013, p. 101). Embora a IFLA (2013) esteja se referindo a biblioteca pública, esta afirmação é válida para as demais categorias de bibliotecas.

Gonçalves (2011, p. 27-28) ressalta que “[...] o prédio da biblioteca tem que estar bem localizado, com instalações adequadas para leitura, estudo e atividades culturais, assim como precisa dispor de recursos tecnológicos e horário de funcionamento conveniente aos usuários.”.

Geralmente, a biblioteca assume um espaço já construído, ou seja, a biblioteca não ocupa um espaço o qual foi construído para ela. Alguns arquitetam um espaço que se resume em dois ambientes: depósitos de livros e o local de leitura. Raramente pensa-se num espaço para circulação de pessoas entre informações (como livros, revistas, vídeos, palestras, filmes, recitais, discos, jornais etc.). O pouco que se investe com a arquitetura é justificado, em geral, pela ideia de que fazer cultura não exige, necessariamente, grandes investimentos. Visto que se tem a ideia

que a biblioteca adapta-se a qualquer casa (MILANESI, 1985, p. 93-94), ou melhor, a qualquer local fechado.

“A própria pertinência da construção de uma biblioteca deverá ser discutida. É necessário averiguar se dentro dos limites orçamentários ela é prioritária.” (MILANESI, 1986, p. 246). Ao contrário disto “A biblioteca pode nascer numa sala, num galpão.” (MILANESI, 1986, p. 257).

Observa-se que a construção da biblioteca, ou onde ela é desenvolvida, é uma representação de como esta organização é vista por quem a desenvolve. É um ponto de vista que pode interferir em todo o processo de construção e elaboração da biblioteca. Visto que as bibliotecas públicas e escolares podem vir a ter como objetivo o “lazer”, não pensar em espaços favoráveis para estas práticas é contraditório. Ou simplesmente não pensar em espaços para o diálogo e interação social dos usuários, torna qualquer tipo de biblioteca um lugar limitado quanto à circulação e interação social neste local.

No instante em que se discute o espaço adequado para as funções de informar e conviver, abre-se uma nova perspectiva para a biblioteca enquanto construção. A sala única torna-se sem sentido. Ou mesmo várias salas para estocar livros e leitores deixa de ser a meta, passando a ser uma parte. [...] Dentro da ideia de que é preferível pessoas conversando do que livros fechados ou mal lidos, é necessário que se reforce o espaço destinado à relação humana. (MILANESI, 1986, p. 248).

Sendo assim, quando os profissionais que desenvolvem a biblioteca, interpretam o seu espaço como um espaço em geral silencioso, isto pode interferir no diálogo entre os usuários e nas atividades de entretenimento entre estes. O ideal seria que houvesse espaços restritos para a leitura, ou seja, local de silêncio, desta forma isto não limitaria a convivência das pessoas nos demais ambientes da biblioteca. Afinal, “[...] a biblioteca deve se tornar um espaço aberto, de **diálogo** e sobretudo de **convivência**, um verdadeiro ponto de convergência das manifestações culturais em todas as suas formas, onde qualquer pessoa possa se expressar.” (CABRAL, 1989, p. 31, grifo nosso).

Quanto ao silêncio na biblioteca, Milanesi (1986) argumenta que

Deve haver espaço reservado para o silêncio. O que não se pode é justificar a biblioteca como ambiente de silêncio irrestrito como se isso fosse uma fatalidade característica, da qual não é possível escapar. Tal fato é paradoxal na medida em que se supõe a necessidade de comunicação entre os usuários. A convivência quase nunca supõe o silêncio. Esses elementos mostram que a biblioteca deve ter vários espaços, mesmo que ela seja construída precariamente. Essa exigência

surge em face da relação do público com os serviços oferecidos e as expectativas que se tem em relação a eles. [...] Na prática, a convivência é estar juntos, quer para o trabalho, quer para a discussão e para o lazer. (MILANESI, 1986, p. 226).

Ressalta-se que o diálogo, a interação, e a convivência, entre usuários são assuntos significativos para este trabalho, visto que por meio destes, pode-se promover o entretenimento entre “grupos”, não limitando o usuário a prática de um “lazer” “solitário”.

Desta forma, o usuário pode se distrair, se divertir, ao fazer uma leitura ou assistir um filme só, e também pode ter a opção em realizar estas práticas em grupos no espaço da biblioteca. Para isto é preciso que no mínimo a biblioteca não limite o diálogo entre seus usuários. Posto que a biblioteca “[...] deve ser um local de encontro e discussão [...]” (MILANESI, 1985, p. 93).

É importante frisar que cada biblioteca tem o seu contexto, seus objetivos e suas limitações. Há limitações quanto ao seu espaço, sua renda financeira, e estes fatores tornam mais complexo o desenvolvimento de diversos espaços/salas diferentes, uma para cada tipo de atividade.

Em geral, o local de leitura já é entre os livros, já é ao lado do balcão de atendimento, e neste contexto é mais dificultoso falar sobre diálogo e interação entre usuários. Visto que é um ambiente, quase que totalmente silencioso, pois as primeiras, se assim podem ser chamadas, necessidades do público, em geral, é pesquisar, ler e estudar. Há ainda bibliotecas que não consideram dentre os seus objetivos o “lazer”, assim como há bibliotecas que consideram esta possibilidade de atividade em seu espaço.

O autor Milanesi (1985, p. 100), por exemplo, defende que o espaço tradicional da biblioteca, onde o público teria fácil acesso às obras e condições para ler e escrever, é “[...] alimentado mais pelas exigências formais da escola pública e menos pela necessidade de lazer ou uma aproximação espontânea do conhecimento.”. Dito isto, percebe-se que as bibliotecas podem ter a tendência em serem mais voltadas para as “obrigações” do usuário, do que para suas ações de “liberdade” (linha de pensamento quanto ao “lazer”, ver p. 30).

Retornando ao assunto sobre a existência de vários espaços na biblioteca, um para cada tipo de atividade, defende-se que a ideia que se tem de espaço de “lazer” pode não ser necessariamente em um local fixo. O mesmo salão silencioso poder ser amanhã um local de entretenimento. Assim como um local de diálogos pode vir a ser um local de leitura e silencioso.

A biblioteca é livre para realizar modificações, mesmo que temporárias, para desenvolver suas ideias, quanto ao seu espaço, seus serviços e produtos.

Pimentel (2007, p. 104) defende que “Se a biblioteca não for um local acolhedor e confortável, poucos aí se sentirão bem e provavelmente buscarão outras alternativas de lazer.”. Apesar de o autor defender esta ideia no contexto da biblioteca escolar, esta é uma afirmativa válida também para os demais tipos de bibliotecas.

“[...] a informação pública, reduzida a bibliotecas municipais, não é competitiva como instrumento de disseminação e, muito menos, como espaço de lazer. Assim, perde clientes, espaço e, em muitos casos, a razão de existir.” (MILANESI, 2002, p. 95). Através desta citação percebe-se uma visão de biblioteca, não caracterizada como um espaço de “lazer” competitivo entre outros ambientes. Para a biblioteca vir a competir com outros espaços que proporcionam “lazer” esta precisa visualizar o usuário como um cliente. Assumir que há outros ambientes para este praticar o seu “bem-estar” e sua “liberdade” (linhas de pensamento quanto ao “lazer”, ver p. 30), e que estes podem ser mais atrativos ou tão atrativos quanto à biblioteca.

Desta forma, a biblioteca precisa dinamizar o seu espaço para que este não fique vazio, ou pior, vazio constantemente, já que o motivo de existir da biblioteca é atender os seus usuários. A não participação/visitação do usuário em seu espaço resulta no não cumprimento de sua principal função: atender ao usuário, visto que não há pessoas para se atender.

Para que o espaço biblioteca de fato “represente” seu público-alvo é defendida a ideia de que “O usuário necessita ter maior autonomia no espaço da biblioteca e no uso do seu sistema, a fim de poder exercer a sua individualidade e criatividade.” (TSUPAL, 1987, p. 163). Afinal, “A biblioteca, como instituição social, influencia e é influenciada pelo ambiente.” (GONÇALVES, 2011, p. 24).

Não basta a biblioteca elaborar seu espaço, seus produtos e serviços, somente, e aguardar o uso destes. O bibliotecário pode interpretar que, uma vez que tais elementos são necessidades de seus usuários, estes vão por si só, descobrir a potencialidade destes elementos, utilizar e aproveitar todo o potencial que estes têm para servi-los.

Este pensamento pode influenciar no “mal” uso, pouco uso ou nenhum uso destes espaços, produtos e serviços. Como já foi visto, a animação cultural pode vir a incentivar o uso dos produtos e serviços da biblioteca, sendo assim também pode promover o seu espaço para que

este seja mais utilizado. Apenas elaborar espaços, produtos e serviços em prol do “lazer” na biblioteca, não é o suficiente, pois é preciso promovê-los e contextualizá-los.

Se uma biblioteca apresenta, por exemplo, uma coleção de filmes (para entretenimento), uma sala de vídeo, e um atendimento voltado para seu uso, mas não divulga, não contextualiza estes elementos com atividades/eventos – como um dia de “sessão cinema” na biblioteca, ou a disponibilização de filmes voltados para tal data comemorativa (dia dos pais, dia das mães, natal etc) – estes podem vir a ser poucos utilizados, ou não utilizados ou ainda “mal” utilizados (no sentido do usuário não conhecer a potencialidade do espaço, produto e serviço oferecido). Desta forma “A biblioteca então não só deve dispor de informações, mas oferecer uma série de atividades que dê sentido a elas.” (MILANESI, 1986, p. 226).

Lembrando que a animação cultural pode, através de atividades e eventos, incentivar o uso dos serviços e produtos da biblioteca, essas atividades e eventos podem ser um caminho para contextualizar e promover o espaço, os serviços e os produtos, pertinentes ao “lazer” na biblioteca ou qualquer outra temática. Já a ação cultural – a qual pretende, basicamente, desenvolver a disponibilização, mediação e acesso da informação; uso de informação; criação e produção informacionais; diálogo, interação e participação do público – pode utilizar de seu(s) processo(s) como meio para também vir a contextualizar e promover o espaço, os serviços e os produtos, da biblioteca, referentes ao “lazer”.

A implantação de auditórios na biblioteca pode vir a ser um local específico e fixo para a elaboração de eventos a fim de promover o “lazer”, visto que

O auditório possibilita a realização de conferências, cursos, recitais, encenações, apresentação de filmes ou qualquer outro evento decidido pela coletividade. Também devem ser previstos espaços para exposições e, isso é fundamental, locais de convivência, onde ocorrerá a ação mais importante que uma biblioteca propiciará: a troca de informações entre as pessoas. (MILANESI, 1985, p. 103).

Lembrando que esta “troca de informações entre pessoas” é essencial para que haja novos diálogos e novas interações, possibilitando o entretenimento entre grupos.

Dentre as características que o espaço da biblioteca deve proporcionar, no contexto da biblioteca pública, segundo a IFLA (2013), destacam-se as seguintes características:

[...]

- espaços de reunião para grupos de várias dimensões

[...]

- nas secções infantis podem ser disponibilizados brinquedos e equipamento de diversão

- as seções destinadas aos jovens podem incluir equipamento para jogos de computador, zonas de descontração com mobiliário confortável e televisores [...] (IFLA, 2013, p. 52).

Dito isto, percebe-se uma biblioteca a fim de promover o diálogo ente grupos, assim como a disponibilização de materiais para diversão, zonas de descontração e conforto. Afinal,

[...] a biblioteca não pode ser vista como um depósito de livros, mas como um ambiente onde o usuário permaneça à vontade. [...] A adequação entre público/informação/espço permitirá tornar a biblioteca útil e agradável. [...] O espaço adequado é um reforço ao aproveitamento integral dos serviços oferecidos e mesmo um atrativo para o público. (MILANESI, 1986, p. 194).

#### 4.2 Abordagens sobre o “lazer” no espaço físico interno das bibliotecas

Nesta subseção apresentam-se duas abordagens que tratam sobre a “conquista” do “lazer” no espaço físico interno das bibliotecas. São elas: abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca; e a abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer”.

As abordagens tiveram como referencial teórico os seguintes autores:

- Referente à ideia de espaço de “lazer” na biblioteca: Milanesi (1985, 1986, 2002);
- Referente à ideia de “lazer”: Camargo (1986) e Coelho (1997);
- Referente à ideia de ação cultural e animação cultural: Coelho (1997), Gonçalves (2011), Flusser (1983), Cabral (1989), Silva (1991), Milanesi (2002), Sanches e Rio (2010), Andretti, Calegare e Machado (2008), Cunha e Cavalcanti (2008).

Nas duas abordagens não se definiu, se dentro de seus objetivos o “lazer” é um deles, e também não há categorização quanto ao tipo de biblioteca, como por exemplo: escolar, pública, universitária etc., visto que para ambos os casos seria necessário uma pesquisa mais direcionada e específica.

Desta forma há uma generalização, pois estes enfoques não abrangeram todo o conteúdo visto até então, neste trabalho, e também não esgotam todas as possibilidades de “lazer” em bibliotecas. São abordagens entendidas como “o despertar” para o desenvolver de outras abordagens mais concretas, com referencial teórico mais diversificado, análises mais profundas e com pesquisa de campo.

O primeiro enfoque (abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca) apresenta o “lazer” sendo “conquistado” através da ação cultural e animação cultural. Mas antes de apresentar as abordagens, é preciso retornar e determinar quais as vertentes foram utilizadas quanto aos conceitos: ação cultural, animação cultural e “lazer”.

Quanto à ação cultural consideram-se as seguintes vertentes:

- **Uso:** os autores Coelho (1997) e Gonçalves (2011) citam a ação cultural como meio para desfrutar ou consumir informações. Essas “informações” são chamadas por Coelho (1997) de “obras” e por Gonçalves (2011) de “cultura”;
- **Criação e produção:** os autores Flusser (1983), Cabral (1989), Silva (1991), Coelho (1997) e Gonçalves (2011) caracterizam a ação cultural como um caminho para que o indivíduo, para quem é designada a ação cultural, possa criar e produzir obras, para este não ser apenas um utilizador de acervos, mas também produtor. No caso do autor Milanesi (2002) este refere-se à criatividade, não necessariamente como uma criação ou produção. Já os autores Sanches e Rio (2010) defendem a ideia de criação no sentido de se repensar o novo a partir do antigo, possibilitando assim um processo contínuo de libertação intelectual;
- **Diálogo, interação e participação:** somados os conceitos de ação cultural de Cabral (1989), Andretti, Calegari e Machado (2008), e Gonçalves (2011) observa-se que o diálogo, a interação e a participação do público, são funções da ação cultural.

Duas vertentes não foram consideradas. São elas: “disponibilização, mediação e acesso” – pois se entende que esta já está inclusa e já foi “conquistada” na vertente “uso” –; e “atividades e eventos” – como já tido, as atividades e eventos são promovidos pela animação cultural, podendo esta vertente ser “conquistada” na ação cultural, através da animação cultural. Esta ideia tem como base os autores Silva (1991) e Coelho (1997). Visto que a ação cultural “[...] na maioria das vezes inclui uma animação cultural, até como veículo de divulgação.” (SILVA, 1991, p. 61); e que ação cultural de serviços, ou seja, uma forma de animação cultural é ato de promover a utilização de produtos, como um livro, um espetáculo etc. (COELHO, 1997).

Quanto à animação cultural, considera-se a seguinte vertente:

- **Incentivo ao uso de serviços e produtos:** são desenvolvidas atividades e eventos para estimular o uso de serviços e produtos, no contexto da biblioteca. Esta observação é uma soma das conceituações de animação cultural a partir dos autores Silva (1991), Cunha e Cavalcanti (2008), Sanches e Rio (2010). A animação cultural ainda pode ser vista como um

“atrativo” para divulgar seus serviços e produtos, podendo funcionar como um “*marketing*” da biblioteca, segundo Silva (1991).

A vertente, “lazer e relações de convivialidade”, referente à animação cultural, não foi utilizada, pois o autor, desta vertente, conceituou animação cultural no verbo do passado, e como já foi dito anteriormente, o mesmo afirmou que

Os programas de animação cultural foram sendo gradativamente postos de lado junto com a própria expressão. Firmou-se, substitutivamente, a expressão ação cultural para designar um processo no qual se abria mais espaço para a participação ativa e não dirigida daqueles aos quais os programas se dedicavam o para os quais se procurava abrir horizontes mais amplos que o da simples diversão imediata. (COELHO, 1997, p. 43).

Por fim, apresentam-se as vertentes quanto ao “lazer”, as quais foram utilizadas em sua totalidade nas duas abordagens elaboradas:

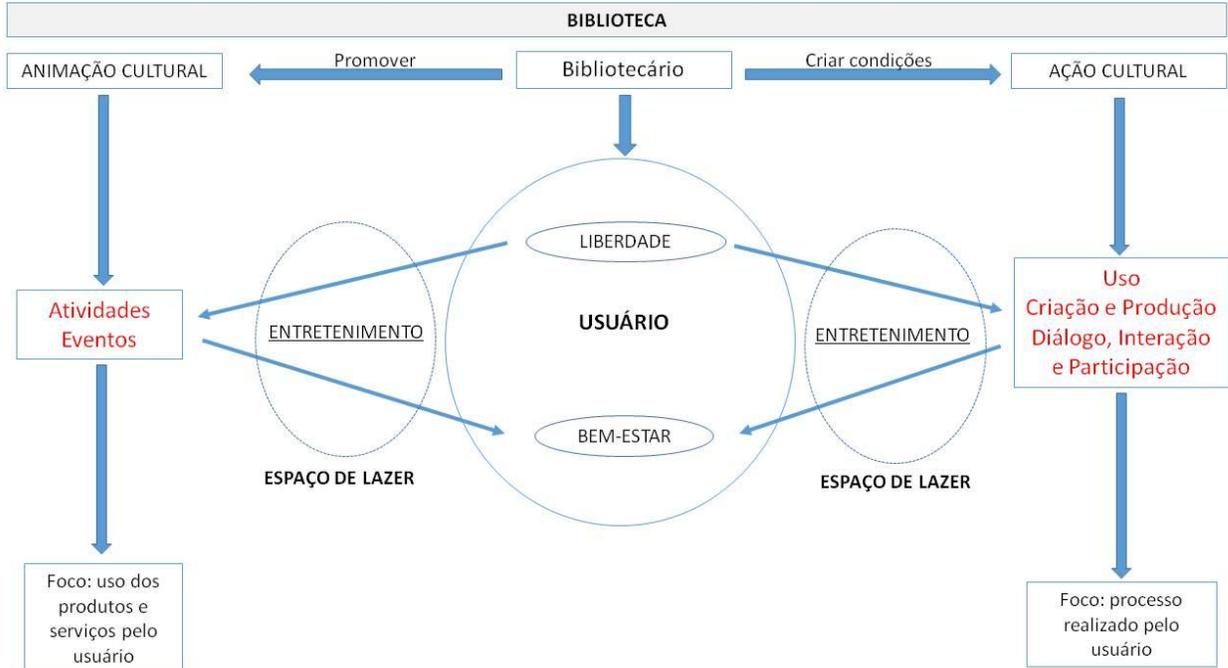
- **Bem-estar:** Camargo (1986) e Coelho (1997) remetem a ideia de lazer associada à busca de prazer, realização pessoal e a auto-satisfação;
- **Liberdade:** Camargo (1986) afirma que o grau de liberdade nas escolhas referente ao lazer é maior que nas escolhas referentes a outros contextos, o autor ainda afirma que o lazer é sempre liberatório de obrigações. Já Coelho (1997), caracteriza lazer como um tempo concedido ao indivíduo após este ter cumprido suas obrigações.

Lembra-se também que se considera entretenimento o “Ato de entreter. Distração, passatempo, divertimento;” (MICHAELIS, 1998, p. 824), em base neste conceito, o presente trabalho utilizou as palavras “distração” e “diversão” como sinônimos de entretenimento.

Após a retomada sobre as vertentes e a explicação quanto as suas escolhas, lembra-se que se considera, neste trabalho, que para o entretenimento ocorrer, o “bem-estar” e a “liberdade” foram conquistados pelo indivíduo. Desta forma, quando se cita entretenimento, entende-se que as ideias de “bem-estar” e “liberdade” também estão inclusas. Assim, a palavra entretenimento foi utilizada no sentido de “auge” do “lazer”.

Em base no que foi dito até então, segue na próxima página, a Figura 1, a qual representa a abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca.

Figura – 1 Abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca.



Fonte: autora.

A Figura 1 representa a animação cultural sendo promovida pelo bibliotecário, a qual desenvolve as atividades e eventos, tendo como foco o uso dos produtos e serviços da biblioteca. Se o usuário presente nestas atividades e eventos, “utilizar” de sua “liberdade” para estar neste espaço, e essas tais atividades e eventos despertarem neste usuário o “bem-estar”, pode-se dizer que há possibilidades de entretenimento por parte do usuário, ou seja, o “auge” do “lazer”, a diversão. O espaço de “lazer” é “conquistado”, mesmo que seu “auge” não seja alcançado, o mesmo vale para ação cultural, e para a próxima abordagem (abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer”).

Como já dito anteriormente a nomeação de “agentes culturais” (COELHO, 1989, 1997) faz referência ao sujeito que trabalha com a ação cultural. Desta forma a Figura 1 representa a ação cultural, tendo como agente cultural, o bibliotecário, o qual tem que “[...] reconhecer que na ação cultural seu objetivo não é criar diretamente, mas apenas criar as condições para que os outros o façam.” (COELHO, 1989, p. 65).

Desta forma, como mostra a Figura 1, o bibliotecário tem que criar condições para que o usuário realize a ação cultural, entendida como um processo, neste caso: o uso de informações; a criação e produção informacionais; o diálogo, interação e participação do usuário na ação

cultural. Se o usuário estiver utilizando de sua “liberdade” para realizar tal processo, e se este processo lhe causar “bem-estar”, este conjunto de fatores favorece a “conquista” do entretenimento por parte do usuário, ou seja, o “auge” do “lazer”, a diversão. Percebe-se assim um espaço de “lazer”, assim como em animação cultural.

Observa-se ainda que o bibliotecário está relacionado com o usuário, através de uma seta, a qual tem como objetivo lembrar que o principal foco, tanto na abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” (Figura 1), como na abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer” (Figura 2), é o usuário. Como já dito anteriormente, é preciso que o bibliotecário conheça suas necessidades e desejos para melhor atendê-lo, ou seja, tornar a biblioteca um espaço voltado para os interesses deste.

Segue abaixo, a Figura 2, que representa a abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer”:



Fonte: autora.

A Figura 2 representa uma biblioteca como um espaço de “lazer”, sem recorrer às práticas de ação cultural e animação cultural. Observa-se o bibliotecário promovendo os produtos, serviços, eventos e atividades; e estimulando o “triângulo do diálogo”.

Partindo dos conceitos:

- Diálogo: “Conversação entre duas pessoas ou mais pessoas” (MICHAELIS, 1998, p. 716);
- Interação (social): “ações e relações entre membros de um grupo ou entre grupos de uma sociedade.” (MICHAELIS, 1998, p. 1166);
- Convivência: “Ação ou efeito de conviver. Familiaridade, intimidade. Reunião de pessoas que convivem na mais estreita harmonia.” (MICHAELIS, 1998, p. 580).

Acredita-se que o “triângulo do diálogo” representa o diálogo podendo desenvolver a interação e a convivência entre usuários; e a interação e a convivência podendo uma influenciar (positivamente ou negativamente) a outra.

Desta forma, conforme a Figura 2, se o usuário estiver utilizando de sua “liberdade” para utilizar dos serviços e produtos da biblioteca, assim como para estar presente nas atividades e eventos desta, e se isto estiver lhe causando “bem-estar”, acredita-se que o entretenimento, a diversão pode ocorrer (situação 1).

Acrescenta-se que se o usuário estiver usando de sua “liberdade” para participar do “triângulo do diálogo” e isto lhe causar “bem-estar”, pode-se dizer que neste caso também há chances para que o entretenimento venha a ser “conquistado” (situação 2). Defende-se ainda que a situação 1 pode ocorrer junto a situação 2, e que estas duas situações podem influenciar (positivamente e negativamente) uma a outra.

Nos dois enfoques (abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca; e a abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer”) há possibilidades para a “construção” de espaços de “lazer” para isto basta o usuário utilizar de sua “liberdade” em apenas um dos elementos (atividades, eventos, uso de itens informacionais, criação e produção informacionais, diálogo, interação e participação, – Figura 1 – produtos, serviços, eventos, atividades, diálogo, interação, e convivência – Figura 2), e algum desses lhes causar “bem-estar”, para o espaço de “lazer” vir a ocorrer, podendo ocorrer ou não o “auge” do “lazer” – o entretenimento/a diversão.

Em relação às duas abordagens, é válido informar que a atuação do profissional bibliotecário, representa sua formação acadêmica (assim como outros complementos a esta) e suas experiências profissionais. Logo, é inviável demonstrar todo este processo em simples figuras, por isso deixa-se claro que a atuação do profissional nestas abordagens não abrange todas

as suas atividades elaboradas na biblioteca, mesmo aquelas que poderiam ser contextualizadas com o espaço de “lazer”.

É relevante frisar que o “lazer” é algo que cabe ao usuário dizer se esta acontecendo ou não naquele determinado espaço, e desde que sua “liberdade” e seu “bem-estar” tenham sido “conquistados”, no contexto deste trabalho. Lembra-se ainda que “O lazer não se marca por um tipo definido ou privilegiado de atividade [...]” (COELHO, 1997, p. 227).

Desta forma, a ideia de que nas bibliotecas ocorre o chamado espaço de “lazer” é subjetiva, uma suposição. Seria necessário um *feedback* (no sentido de resposta de um determinado acontecimento) do usuário para saber se este espaço de “lazer” em algum momento existiu.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto que conforme as bases de dados pesquisadas (quanto aos periódicos, teses e dissertações) que a literatura biblioteconômico-informacional pouco trata sobre o “lazer”, entretenimento, ação cultural e animação cultural. Desta forma acredita-se que estes estudos mereçam maior atenção, dado a sua escassez na literatura.

Pode-se observar que os conceitos de ação cultural são diversos e diferentes. Observa-se que há ideologias semelhantes, e que é possível realizar algumas vertentes em comum. Em relação aos termos animação cultural e “lazer”, a diversidade de conceitos é menor, mas através destes também foi possível perceber semelhanças e construir vertentes que os representassem.

A pesquisa sobre esses três conceitos (ação cultural, animação cultural e “lazer”) precisa passar por estudos mais profundos, podendo-se recorrer à pesquisa bibliográfica nacional mais abrangente, e pesquisa bibliográfica estrangeira, e também a análises mais detalhistas quanto as vertentes em comum que estes conceitos apresentam.

O “lazer” visto como direito social foi uma das abordagens deste trabalho, porém não foi um assunto constante, dado a ausência de literatura biblioteconômico-informacional quanto a este assunto, a qual carece de produções que relacione o “lazer” como direito social com biblioteca ou Biblioteconomia. Acredita-se que este tipo de pesquisa precisa ser desenvolvida em nossa área biblioteconômica, visto que há bibliotecas, como públicas e escolares, segundo o referencial teórico deste trabalho, que consideram o “lazer” como um dos objetivos da biblioteca.

Para um estudo mais desenvolvido, quanto ao tema “lazer” nas bibliotecas, seria necessárias pesquisas de campo, para coleta de dados, quanto as possíveis práticas de “lazer” em bibliotecas. As primeiras a serem estudadas poderiam ser as bibliotecas públicas e escolares, visto que estas tem uma possível tendência em investir no “lazer” em seu espaço. Pesquisas bibliográficas poderiam ser comparadas a estas coletas, para haver uma análise, quanto à teoria e a prática, pautadas em estudos de caso.

Apresentou-se brevemente, neste trabalho, o “lazer” na história das bibliotecas. Foi visto que a distração (entretenimento) não é uma “nova preocupação” das bibliotecas ou uma “nova necessidade” de uma sociedade contemporânea, apenas. Houve bibliotecas no século XVII que tentaram suprir uma “necessidade de distração”, logo houve investimento em coleções de livros, dentre estas “séries completas de literatura de ficção” (SERRAI, 1975, p. 157). Ressalta-se que

para estudos mais profundos, seria necessário recorrer a uma gama maior de textos históricos voltados para o assunto “lazer” (ou semelhantes, como: entretenimento e distração) em bibliotecas.

Em relação à formação acadêmica do bibliotecário e sua atuação profissional (quanto ao “lazer” na sua formação e na sua atuação) seria necessário pesquisas voltadas para as ementas curriculares destes profissionais; e quanto a sua atuação profissional seria preciso um estudo com pesquisa de campo, para uma coleta de dados que possa vir a representar a posição deste profissional, quanto ao assunto “lazer” na biblioteca.

Foram analisados possíveis enfoques (abordagem sobre ação cultural e animação cultural proporcionando espaço de “lazer” na biblioteca; e a abordagem sobre a biblioteca como espaço de “lazer”), os quais não abrangem todas as possíveis possibilidades de “lazer” em bibliotecas. Estes enfoques são um “despertar”, um incentivo, para a construção de novas abordagens mais consistentes, de preferência com o *feedback* dos usuários, para desta forma ser possível saber se o espaço de “lazer” em algum momento existiu/existe em uma determinada biblioteca.

Frisa-se que a biblioteca pode vir a ser um “concorrente” significativo dentre as diversas formas de “lazer”, para tal é preciso investimento, principalmente quanto ao atendimento aos usuários, ou seja, conseguir identificar seus principais anseios referentes ao “lazer”. Em base no que o usuário anseia, deverá haver investimentos também quanto aos equipamentos, o espaço, serviços, produtos, atividades, eventos, entre outros elementos.

Retomando a questão norteadora do presente trabalho: no ponto de vista teórico biblioteconômico-informacional a biblioteca poderia proporcionar um espaço de “lazer” aos seus usuários? Neste estudo acredita-se que referente às bibliotecas públicas e escolares há uma tendência em proporcionar o “lazer”, embora sejam necessários estudos mais abrangentes e com pesquisa de campo. O mesmo deverá ser realizado para as outras categorias de bibliotecas, como as universitárias, nacionais, especializadas, infantis etc.

Enfim, este trabalho procurou estimular o seguinte pensamento nos bibliotecários atuantes:

Pense numa biblioteca aberta em período integral, onde a comunidade pudesse aproveitar a hora do almoço para desfrutar de uma boa leitura. Pense numa biblioteca aberta no período de férias escolares, nos fins de semana, para que fosse aproveitada como mais uma forma de lazer. Por enquanto, talvez seja somente um sonho. (PIMENTAL, 2007, p. 32).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. Grupo de trabalho 3: Mediação, circulação e uso da informação. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ANDRETTI, Cristiani Regina; CALEGARO, Édina Maria; MACHADO, Marli. Da lagarta para borboleta: ação cultural como estratégia de marketing no sistema integrado de bibliotecas da UNIVALI - SIBIUN. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.1, p.189-200, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/542/668>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024**: Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: Informação e documentação - Sumário - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028**: Informação e documentação - Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6033**: Ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Lex**: Legislação federal. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. **Lex**: Legislação federal. Brasília, DF, fev. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

CABRAL, Ana Maria Rezende. **Ação Cultural Bibliotecária**: Aspectos revelados pela prática. Belo Horizonte: UFMG, 1989. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-933EC5>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=3confcult-DicionarioCriticodePoliticaCultural.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI; Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

CAPES. **Cursos recomendados/reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

FLUSSER, Victor. **A biblioteca como instrumento de ação cultural**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, 1983. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001973&dd1=3c2a1>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **O bibliotecário animador**: considerações sobre sua formação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 230-236, 1982. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002902&dd1=1b7f1>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, Distrito Federal: Briquet de Lemos, 2007.

GONÇALVES, Maria da Graça Simão. **A Biblioteca Pública do Paraná como instrumento de ação cultural**: atividades e mediação da informação. Londrina: UEL, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000173811>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em: <[http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt\\_br.pdf](http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. São Paulo: IFLA, [200-?]. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 2004. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2ª ed. Lisboa: De Gruyter saur, 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

**MICHAELIS**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PESSOA, Eudes Andre. A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9623&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623&revista_caderno=9)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

PIMENTEL, Graça. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio\\_esc.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

PITZ, Juliana; SOUZA, Vanessa Aline Schweitzer; BOSO, Augiza Karla. O papel do bibliotecário escolar na formação do leitor. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 405-418, jul./dez., 2011. Disponível em: <[http://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/736/pdf\\_59](http://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/736/pdf_59)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SALGADO, Denise Mancera; BECKER, Patricia. O bibliotecário no olhar do público escolar. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v.3, n.6, set., 1998, p. 1-15. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/18/5033>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 2, p. 141-161, set., 1975.

SICAPES. **Webqualis**. Disponível em:

<<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam?conversationPropagation=begin>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

SILVA, T. E. da. Ação cultural e biblioteca pública: algumas questões. In: Congresso brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16, 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991.

Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/14827/1/AcaoCultural\\_e\\_BibliotecaPub.pdf](http://eprints.rclis.org/14827/1/AcaoCultural_e_BibliotecaPub.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

TSUPAL, Rodolfo. Leitura e atividades culturais na biblioteca pública: aspectos teóricos.

**Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 149-165, 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002543&dd1=bc8ab>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

VIEIRA, Anna da Soledade. Caminhos transdisciplinares para a formação de bibliotecários.

**Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n.2, p. 250-263, set., 1983.